

Anuviar, elidir, silenciar?

Notas históricas, críticas e epistemológicas sobre a permanência de um mal-estar no campo psicanalítico em torno da obra e do nome de Wilhelm Reich¹

To omit, to delete and to hush?

Historical, critical and epistemological notes on the permanence of a malaise in the psychoanalytic field around the work and the name of Wilhelm Reich

Alexandre Magno Teixeira de Carvalho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

Trabalho parcial de conclusão de Estágio de Pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a supervisão do Professor Joel Birman. Linha de pesquisa: Fundamentos históricos e teóricos da Psicanálise.

Palavras-chave: Fundamentos históricos e teóricos da Psicanálise; Wilhelm Reich; epistemologia crítica da Psicanálise

ABSTRACT:

Partial work of Postdoctoral conclusion in the Postgraduate Program in Psychoanalytic Theory at the Federal University of Rio de Janeiro, under the supervision of Professor Joel Birman. Line of research: Historical and theoretical foundations of Psychoanalysis.

Key-words: Historical and theoretical foundations of Psychoanalysis; Wilhelm Reich; critical epistemology of Psychoanalysis

DOI:10.12957/mnemosine.2021.62175

“A escrita foi, em sua origem, a voz de uma pessoa ausente”

Freud, Mal-estar na civilização

*“Conta a tradição talmúdica que 26 tentativas malogradas precederam a criação
deste mundo.
O Gênesis não teria sido aquele milagroso instante inaugural tão celebrado,
nem a eclosão repentina de uma totalidade redonda saída do Nada através do Verbo,
mas tentativa e erro, experimentação, fracasso, remontagens, recolagens.
Saído do seio caótico dos destroços anteriores,
nosso mundo não possuía (e não possui ainda) nenhuma garantia;
também ele estava (e continua) exposto ao risco do fracasso e do retorno ao nada:
a qualquer momento o sucesso da empreitada pode desfazer-se e a obra vir abaixo.
Foi e sempre é por um triz,
graças a um misto de engenhosidade e acaso
que esse mundo se sustenta, levando a marca inapagável daquela incerteza originária,
de um início que poderia não ter vingado.
Mas que vingou,
entre outras coisas porque houve, por parte de Deus, no momento desta tentativa,
uma torcida.
“Oxalá se sustente” (Halevay sheyaamod), exclamou Ele naquele instante,
e sua obra respondeu afirmativamente a este voto, que não foi uma ordem,
mas um desejo”*

Peter Pál Pelbart, A nau do Tempo-Rei

Sumário

Avant la lettre...

O silêncio enigmático que se segue à pronúncia do nome...

A questão social e a psicanálise gauche

Reich e a clínica psicanalítica

Corpo, prazer, vida e morte

Mal-estar na civilização [Das unbehagen in der kultur]: Freud X Reich?

Amor, trabalho e conhecimento: uma nota inconclusa

Enfin...

Referências

Avant la lettre...

*“Partir!
Nunca voltarei.
Nunca voltarei porque nunca se volta.
O lugar a que se volta é sempre outro,
A gare a que se volta é outra.
Já não está a mesma gente, nem a mesma luz, nem a mesma filosofia”.*
Fernando Pessoa, Álvaro de Campos

Diante de um muro, pode-se descansar à sombra², esmurrá-lo ou escalá-lo para ver as coisas de um outro ponto de vista - e, quem sabe, entrever uma árvore frondosa e cheia de vida. Um obstáculo epistemológico (Bachelard, 1974) é lugar de falta. A falta é também lugar de criação: ali, onde erro ou esqueço, mora uma possibilidade de criação, de ato, uma marca própria. Um estilo é sempre marca de falta, é corroboração da imperfeição e da incompletude: é um dizer não a um supereu tirânico e, ao mesmo tempo, afirmar um ‘possível’. Um estilo se dobra ao que acontece, rabisco no psiquismo - tal qual no “bloco mágico” de Freud (XIX) - como um traço limite do sujeito, rastro memória, aberto às traquinagens do desejo, do fantasma, do sintoma; ou como traço tatuagem, cicatriz, passível de se anuviar com o tempo, mas que está sempre lá.

Já que Bachelard apareceu poeticamente em cena, citemo-lo: “o que dura é aquilo que recomeça melhor” (Bachelard, 1994[1936]: 8) - logo, o pensamento que dura seria aquele capaz de recomeçar melhor. Desse ponto de vista, - e considerando que o ponto de vista cria não somente o objeto, mas também o método - durar é recomeçar. É necessário recomeçar, sempre. Recordar. Revisitar as origens. Repetir. Na década de 1970, Escobar (1974) apontava que, algumas décadas após a segregação e a diáspora de Reich, a crise da psicanálise e o desdobramento teórico da ciência da história as colocavam, naquele momento histórico, em profundo contato e que Reich teria sido, na história do movimento psicanalítico, “um desbravador, um mártir e um começo dos grandes debates contemporâneos de uma psicanálise que se repensa e que se inaugura cientificamente rigorosa na ciência da história” (Escobar, 1974: 11). No caso específico deste trabalho, reconhecendo a psicanálise como “região na ciência da história” (Escobar, 1974: 9) e na história das ciências, trata-se de recordar, retomar, elaborar e, na bigorna quente em que se forjam os tempos e as palavras, martelar, limar, polir textos e contextos que unem e separam Freud e Reich. Assim tentou-se traçar o caminho das letras e deslindar a análise

dos discursos, com visada e pegada histórica e epistemológica, na qual crítica, clínica e política se apresentam irremediavelmente entrelaçadas.

Nesse caminho (*métodos*), também o ‘discurso’ (textos, enunciados) foi tratado como produção social que traz o tempo histórico e o tempo das subjetividades impressos e imbricados. O discurso científico, apesar de suas especificidades, não paira acima das relações sociais. Ao contrário, é somente no horizonte da história e no interior das relações sociais de produção que um discurso científico pode ser entendido em profundidade ou até mesmo “julgado” (dimensão judicativa epistemológica).

Outrossim, este trabalho foi uma forma de rememorar e elaborar, ainda que tangencialmente, minha trajetória clínica, de docente e de pesquisador nas últimas três décadas, ao longo das quais transitei pela pós-graduação lato sensu em Saúde Mental/Atenção Psicossocial e pelo PPG Saúde Pública da ENSP/Fiocruz, bem como por cursos de graduação da UERJ e da UNIRIO (com destaque, mais especificamente, para as disciplinas Psicologia Médica, Psicologia, História da Medicina e Saúde Pública).

Quero agradecer especialmente a Joel Birman por ter aceitado meu projeto e por ter tornado possível esse tempo de trabalho, esse tempo de intensa dedicação a estudos de alto nível, esse tempo de escrita. Quando ele aceitou me supervisionar no estágio de Pós-doutoramento no PPG Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da UFRJ, no finalzinho de 2018, talvez não imaginasse o quão me era necessário e inadiável, naquele momento, ter a proposta de trabalho acolhida. Agradeço também à chefia e aos colegas do Departamento de Saúde Coletiva da UNIRIO, sempre compreensivos, respeitosos e solidários.

Este trabalho, defendendo, é um trabalho que não se esgota. Preenhe de aberturas e dobras, está sempre a recomençar. Recomeçar melhor: se fui capaz de fazê-lo, somente o tempo, a duração e os outros poderão dizer. Que dure, é o desejo, mas sem dureza; que com leveza possa vingar, como semente, à la Vinicius de Moraes, na infinitude da transitoriedade, com suas lacunas, na espessura dinâmica do tempo e do espaço, como canto de resistência aos grunhidos da opressão.

O silêncio enigmático que se segue à pronúncia do nome...

“E eis que de repente espirrei. Aconteceu de forma súbita e involuntária, mas o efeito foi surpreendente: tudo ficou em silêncio, exatamente como no cemitério, desapareceu como um sonho. Fez-se um silêncio verdadeiramente sepulcral.

Não acho que tenham sentido vergonha de mim: haviam resolvido não se envergonhar de nada! Esperei uns cinco minutos e... nem uma palavra, nem um som”
Fiodor Dostoiévski, Bobók

Nas reuniões de um grupo de estudos de psicossomática psicanalítica em uma sociedade psicanalítica do Rio de Janeiro, eventualmente associava alguma leitura a um conceito ou texto de Reich. O resultado era quase sempre um silêncio. Na sequência, o debate continuava, como se ali [lá] nada tivesse ‘acontecido’. Na pausa para o café, ou na saída, ao fim da sessão, em conversa mais restrita, alguém aproveita para tocar no assunto e até para falar em ‘terapia corporal’. Aí, nesse momento mais íntimo, informal – menos ‘público’ – parece que *alguma coisa acontece* (parafraseando Lacan (2008), *res cogitans*).

Experiência semelhante também tive em outra sociedade psicanalítica, em pelo menos duas ocasiões. Numa delas, em 2017, ao participar de uma sessão sobre os conceitos de nascimento psíquico, eu-pele, dobra, estrutura radiada de continência (Haag, 1993), entre outros, citei uma passagem autobiográfica de Reich na qual ele lembrava que, na infância, preferia “formas redondas e agradáveis a formas alongadas, retangulares” e que associava isso a experiências primevas do desenvolvimento emocional, “em analogia com os gestos de um bebê quando toca os seios de sua mãe com as mãos” (Reich, 1996: 31). Silêncio. Alguns segundos. Próximo ponto.

O acontecimento é um corte. “O acontecimento é o próprio sentido” (Deleuze, 1974:23) – e, acrescentaria, uma transformação e/ou ruptura na ordem do sentido. O sentido se move por entre as palavras e as coisas, é a própria fronteira (Carvalho, 2005: 150). O silêncio é prenhe de sentido. O silêncio acontece, ainda que, paradoxalmente, o tempo pareça suspenso: “o acontecimento é sempre um tempo-morto, lá onde nada se passa (...) na estranha indiferença de uma intuição intelectual (...) Nada se passa aí, mas tudo se torna (...) Nada se passa, e, todavia, tudo muda” (Deleuze e Guattari, 1992:204). Um silêncio: o que se passa, ali onde nada (se) passa? Um sentido passou? Escapou? É o próprio silenciar um acontecimento? Revelaria que algo acontece lá onde nada (se) passa? Cogita a *res*? Será um silêncio, ao mesmo tempo, condição de possibilidade do acontecimento e acontecimento? O que há de fronteiriço e conflitante inconsciente-consciente nisso? Será a história desse silêncio a sombra de uma história negada, ou, quiçá, a vergonha de uma história mal contada, uma história que ‘não pode’ ser revisitada, recordada, elaborada? Estaria esse silêncio a enunciar uma falta não simbolizada, uma

falta mal preenchida por uma imagem borrada e sem som? Quando uma imagem se acopla a um som (ainda que na presentificação da voz ausente que a escrita provê), ela entra na história - ao mesmo tempo em que é penetrada por ela, digo, pelo tempo. Sem isso, não há escuta, somente silêncio, significante ausente.

Mas o silêncio não é só oral, manifesto no campo da fala. Há um silêncio, um apagamento da escrita reichiana: não somente da escrita pós exclusão da sociedade psicanalítica, mas de toda a escrita referente ao período psicanalítico de Reich. É como se não tivesse havido, na história do movimento psicanalítico, um psicanalista chamado Wilhelm Reich³.

É curioso como alguns textos contemporâneos operam: Lacan é evocado para ‘obturar’ esse buraco deixado pela obra reichiana, o que não deixa de ser uma contradição em termos psicanalíticos, já que o próprio Lacan alerta sobre a armadilha que espreita os que pretendem ‘fechar’ os buracos e não bordar limites. Em Lacan, é clara a tarefa do bordar e a função da borda. ‘Enterrar’ a produção teórico-técnica de Reich é tentar apagar uma parte considerável da história do movimento psicanalítico. Por que, então, elidir uma escrita que teria muito a dizer acerca da psicanálise como discurso, como história, epistemologia e “operação psicanalítica”? (se é que é possível separar as instâncias). O texto de Lo Bianco (2011), por exemplo, aponta acertadamente que Lacan reconhece “uma homologia entre o discurso de Marx e o discurso psicanalítico inaugurado por Freud” e que Lacan aproximou a “operação psicanalítica” do materialismo histórico (Lo Bianco, 2011: 8). Contudo, elide de forma cabal o discurso reichiano que já o fizera, de forma diferente e contundente, na década de 1920. O problema dessa elisão é histórico e epistemológico: pode-se tentar obturar esse buraco, mas, metaforicamente, será sempre um remendo mal feito, daquele tipo que se percebe como um ressaltado ao se passar por ele. O remendo está lá, saliência ou lapa, a revelar um buraco mal fechado (é sempre a mais ou de menos a operação de remendo). Não se pode negar um discurso forte como o reichiano; um discurso que articula teórica e metodologicamente o discurso de Marx ao discurso de Freud e já o diz, explicitamente, no título do escrito de 1929, “Materialismo dialético e Psicanálise”; não se pode negar a Reich o mérito de ter sido um dos primeiros a pensar seriamente na proposta de uma psicanálise materialista, dialética, historicamente referenciada, a se engajar politicamente na sua construção e a escrever sobre isso – ainda que seja possível, do ponto de vista contemporâneo, mas sem desrespeitar a historicidade de sua produção, apontar alguns equívocos nessa empreitada. Para Deleuze & Guattari (1976: 154), “Reich foi o primeiro a colocar o problema da relação do desejo com o

campo social (...) Ele é o verdadeiro fundador de uma psiquiatria materialista” e, para Chemama (1995: 189), foi o “primeiro psicanalista a considerar o problema socioeconômico na gênese dos distúrbios psíquicos”.

Mas há um espaço entre as palavras, no texto de Lo Bianco, que evidencia essa falta: “trata-se, pois, de um materialismo (...) que foi *mais bem* teorizado por Lacan” (Lo Bianco, 2011: 8, grifo meu). Ora, se foi ‘mais bem’ teorizado por Lacan (e a qualidade da produção intelectual lacaniana não está neste trabalho sub judice), está-se a indicar, no próprio enunciado, um julgamento de valor em relação a outros que sobre isso teriam também teorizado. Lacan não foi o primeiro, no interior do campo psicanalítico, a formular essa teorização - ainda que o tenha feito de forma singular, com destaque para a homologia entre “mais-valia” (Marx, 1982) e “mais-de-gozar” (Lacan, 2008b). Ademais, é o próprio Lacan a evidenciar a operação lógica do discurso capitalista que, em dobra sobre si mesmo, a negar-se, se torna possível como produção de discurso e de mercadoria, calcado na ocultação (objetiva) que a alienação e o fetiche operam e a pôr em pauta uma ideia de inconsciente que encontra nas fimbrias o discurso de Marx: “uma regra de pensamento que tem de se assegurar do não-pensamento como aquilo que pode ser sua causa” (Lacan, 2008b: 13). Portanto, por uma questão de coerência epistemológica e necessidade do pensamento que quer pensar a si mesmo, faz-se necessário *des-fazer* a negação e reescrever essa história.

Há ainda um outro exemplo de elisão a destacar: o texto de Peter Gay, denominado “a biografia definitiva” de Freud (Gay, 2016), possui, em sua edição brasileira, 815 páginas - um verdadeiro calhamaço. A despeito de sua inegável qualidade histórica e literária, da espantosa capacidade do autor de articular fatos e dados pessoais e históricos de tal forma ‘completa’ e detalhista, a prender fiel e curiosamente a atenção do leitor, surpreende a omissão do nome de Wilhelm Reich. O índice remissivo, cuja parte onomástica é a mais extensa, nega qualquer citação a Wilhelm Reich, não obstante sejam citados Otto Fenichel, Erich Fromm e Karen Horney, que partilhavam com ele a posição *gauche* no campo psicanalítico. Gay cita Ibsen, um dos favoritos de Reich; cita Marx; Revolução Russa e União Soviética, onde Reich realizou o conhecido trabalho com Vera Schmidt, em 1924 (Reich & Schmidt, 1975); cita Bernfeld, que criticou ‘Materialismo dialético e psicanálise’ e foi respondido por Fenichel e por Reich; Sandor Rado, com quem Reich fez uma análise didática (Roudinesco & Plon, 1998: 652); cita, várias vezes, Ernst Kris, testemunha da polêmica entre Freud e Reich por ocasião do artigo sobre o

masoquismo/pulsão de morte e favorável, na época, à publicação - sem restrições - do artigo de Reich (Rubim, 1998). Peter Gay nasceu em Berlim em 1923 e migrou para os Estados Unidos em 1941, dois anos depois da migração de Reich, justamente para Nova York, onde Reich lecionou como professor associado de Psicologia Médica na New School for Social Research entre 1939-1941 (Boadella, 1985: 153). Surpreende que, tendo estudado em Columbia/New York desde 1941 e se tornado professor emérito de História na Universidade de Yale, tenha se prestado a essa omissão histórica.

Mas a elisão vai mais além: Peter Gay não faz alusão ao processo de desenvolvimento da psicanálise em países escandinavos (notadamente, Suécia, Dinamarca e Noruega) nos quais a passagem de Reich, em exílio, foi marcante (e, em certos aspectos, traumática): “A chegada de Reich a Copenhague em maio de 1933, depois sua permanência em Oslo entre outubro de 1935 e agosto de 1939 modificaram o panorama psicanalítico da Dinamarca e da Noruega. Nesses dois países, onde a tradição socialista era poderosa, a temática da revolução sexual e da liberação da libido pela bioeletricidade foi facilmente aceita pelos intelectuais, mas suscitou escândalos na imprensa puritana e conservadora” (Roudinesco & Plon, 1998: 182). Apesar da polêmica em torno da ‘autorização’ da prática de análises didáticas por Reich, Freud teria afirmado, em resposta ao dinamarquês Erik Carstens, implicado na implementação da *Dansk-norskaPsykoanalytiska Förening*, que “Reich era realmente psicanalista, apesar de sua ideologia política” (Roudinesco & Plon, 1998: 530). Ou seja, embora Freud reconhecesse a competência técnica e teórica de Reich, nada fez para impedir que Eitington, Anna Freud e Jones manobrassem para boicotá-lo na Escandinávia e expulsá-lo da Associação Psicanalítica Alemã. De qualquer forma, a despeito de que partido se tome nessa questão, é inegável que se tratou de uma passagem expressiva, contraditória e traumática da história do movimento psicanalítico e, portanto, não deveria ser negada. Logo, pode-se cogitar, porque não há como afirmar de forma cabal, que esse apagamento não seja mero ato falho e que se trate de um ato pensado, de escolha epistêmica e política. Seria esse apagamento o silenciar de uma voz ausente que se fazia presente e insistia em pulsar e ecoar na escrita?

Enfim, pode-se parafrasear a nota dos tradutores franceses das obras completas de Ferenczi (I: p. XI-XII) no intuito de indagar: existe “algo” na obra de Reich que suscita ao mesmo tempo entusiasmo e exasperação? Teria evocado a obra de Reich no campo psicanalítico as mesmas reações de fascínio e medo que, grosso modo, a psicanálise provoca no grande público? Haveria relação com o caráter excessivamente militante e

socialmente engajado, limítrofe do ‘perigo’ político, característico de Reich? Todavia, apesar da ‘guinada’ à esquerda (democrática) da psicanálise nas últimas décadas, em especial no caso brasileiro, por que o nome de Reich permanece a provocar um silêncio, um inequívoco mal-estar, toda vez que é evocado ou pronunciado no interior de uma sociedade psicanalítica? Tendo passado tanto tempo da morte de Freud e de Reich, e reconhecida a honestidade e os defeitos de cada um, o que justificaria tamanha resistência ao nome e aos textos de Reich, até mesmo nas passagens em que parecem caminhar na mesma direção? Por que o campo psicanalítico parece resistir tão silenciosamente ao nome de Wilhelm Reich? O que há de fantasma nesse nome? O que há de tão denso nesse silêncio? Qual é a geografia desse mal-estar no campo psicanalítico?⁴ Será que o “sujeito da política” (Hoffmann & Birman, 2018) que em Freud esmaece (Lacan, 2008), condenado ao impossível do Real, estaria a encobrir o sujeito da política e objeto da psicanálise que em Reich se inscreve e emerge como “homem tornado ser social” (Reich, 1977: 19) em ação no horizonte da luta de classes? Ainda não se tem as respostas, mas as questões não querem calar⁵ - até mesmo porque, se escutarmos com atenção a exortação de Deleuze & Guattari (1976: 155), “Reich, em nome do desejo, fez passar um canto de vida na psicanálise (...) ele denunciava um medo da vida, um ressurgimento do ideal ascético, um caldo de cultura da má consciência (...)”, em defesa mesmo de uma psicanálise crítica, desejanse e socialmente engajada, não há por que silenciar.

A questão social e a psicanálise gauche

“O verdadeiro objeto da psicanálise é a vida psíquica do homem tornado ser social”
Wilhelm Reich, *Materialismo Dialético e Psicanálise*

Vida e obra de Wilhelm Reich são profundamente marcadas pelo engajamento na questão social. Em 1929, a grande crise do capital e a depressão econômica e social que a acompanha não era ainda o ápice da barbárie numa Europa que viveria a ascensão do nazi-fascismo e uma segunda guerra mundial nas décadas de 1930 e 1940. Naquele mesmo ano, Wilhelm Reich advertia (em ‘Materialismo Dialético e Psicanálise’) que, nas mãos dos reformistas e dos mecanicistas, a psicanálise expunha-se à mesma sorte que o marxismo vivo: risco de “aviltamento e dissolução” (Reich, 1977a: 26).

Defendendo a psicanálise dos ataques de um marxismo vulgar, criticava tanto os que acusavam a psicanálise de ser uma ciência idealista quanto os que exploravam “de

forma reacionária a psicanálise contra o marxismo” (Reich, 1977a: 25). Refutava, dialeticamente, a objeção vazia de que a psicanálise seria um fenômeno de decomposição da burguesia decadente (Reich, 1977a) e recusava um materialismo mecanicista que, embora já descontruído por Engels⁶, parecia recrudescer insidiosamente na ordem de uma lógica formal e abstrata que arrastava o pensamento marxiano para baixo em tempos de hegemonia estalinista. Segundo Deleuze & Guattari (1976: 39), “não há grande diferença entre o falso materialismo e as formas típicas do idealismo”. Reich, “colocando o problema em termos de desejo, é o primeiro a recusar as explicações de um marxismo sumário”, tornando-se o primeiro a problematizar a “relação do desejo com o campo social” (Deleuze & Guattari, 1976: 154)⁷.

Sobre a questão do materialismo, chave para o problema que se levanta com a materialidade da psicanálise, Reich acompanhara Engels (1979) na crítica do materialismo mecanicista e defendia que havia uma base material na psicanálise, uma psicanálise inscrita num registro epistêmico centrado na história (Birman, 2011: 19) e que se inseria “racionalmente na concepção materialista da história” como “um método de investigação materialista-dialético” (Reich, 1977a [1929]: 142 e 155). Nessa leitura, a psicanálise se distinguia por seu caráter histórico e dialético e encontrava na “teoria dialética das pulsões” (Reich, 1977a [1929]: 141) de Freud – anteriormente a ‘Além do princípio de prazer’, de 1920 – um estratégico ponto teórico de apoio. Para Reich, até mesmo as “reações pulsionais no inconsciente” são “produzidas por processos históricos socioeconômicos” (Reich, 1977 [1929]: 151): “A existência humana é determinada tanto pelos processos instintivos [pulsionais] como pelos processos socioeconômicos” (Reich, 1972 [1942]: XXIX).

Sobre o método, destacava que “a aplicação consciente ou inconsciente do materialismo dialético no domínio da psicologia nos fornece os resultados da psicanálise clínica (...) enquanto a aplicação do método psicanalítico aos problemas da sociologia e da política redundam numa sociologia metafísica psicologizante e, o que é mais, reacionária” (Reich, 1977 [1929]: 167). A subjetivação é concreta, histórica e dialética na medida em que é uma relação social⁸. Ilude-se aquele que pensa poder pensar fora do espaço-tempo de relações sociais e fora do tempo histórico. As categorias espaço e tempo, não como *a priori* kantiano (Kant, 1994), mas como categorias sócio históricas, demarcam as fronteiras do pensamento e da sensibilidade humana. O que se chama de subjetividade, por extensão, não é um *a priori*, um dado “natural”, uma entidade naturalizada: é sempre implicada e forjada em processos históricos e sociais. As formas

de sentir, desejar, amar, odiar, temer etc. são formas históricas, embora sentir, desejar, amar etc. sejam constitutivos do humano. Inconsciente, corpo, história, lutas, conflitos, prazer, desejo, linguagem. O sujeito é, a um só tempo, carregado de real, imaginário e simbólico. Há lógica capaz de costurar (costura ou sutura?) esses três registros? Lógica do Inconsciente, lógica de afectos-perceptos (Deleuze, 1992), conceitos *fugit*. Lá, justo onde o sujeito se pensa tão único, é onde pulsam fragmentos imemoriais, ancestrais, primevos e sócio históricos. O Inconsciente é, qual corpo, a um só tempo, histórico (não obstante a inexistência de tempo cronológico⁹), ancestral, dinâmico, lugar de intensidades. Só mesmo uma linguagem muito especial para dar conta d'Isso¹⁰.

Reich foi, igualmente, um dos primeiros a assinalar “os desvios idealistas em psicanálise quanto à maneira de conceber o princípio de realidade” (Reich, 1977 [1929]: 47), princípio que se perde no formalismo abstrato quando não se reconhece que “sob a forma que reveste para nós actualmente, é o princípio da sociedade capitalista, baseada na economia privada” (Reich, 1977 [1929]: 47).

Ao mesmo tempo enfatizava, dialeticamente, *a historicidade do princípio de prazer*: até mesmo aquilo que pareceria mais estável, constante e primevo no humano, lá onde supostamente reinaria um ‘absoluto’ biológico, está sujeito às forças da história: “o conteúdo concreto do princípio do prazer também não é absoluto e muda com o modo de existência social” (Reich, 1977 [1929]: 48).

Mas Reich não estava só no campo psicanalítico: Otto Fenichel, Barbara Lantos, Erich Fromm e Karen Horney, entre outros, poderiam ser considerados psicanalistas marxistas ou ‘freudianos de esquerda’ - antiga “ala marxista da Psicanálise”, segundo Rubim (1998). Nesse texto, Rubim, psicanalista e filha de Reich, mostra como os analistas “da ala esquerdista foram derrubados porque tinham medo de serem também expulsos” e cita os “Fascículos Rundbriefe”, escritos por Otto Fenichel e possuídos “secretamente” pelos analistas de esquerda (dos quais alguns teriam seguido o caminho de “uma conspiração em silêncio”, silêncio que parece sempre presente na história de vida de Reich), mas nunca publicados. Segundo Rubim (1998: 8), a história de “como Reich foi expulso da Sociedade Internacional está escrita exclusivamente nos ‘Fascículos Rundbriefe’”, onde constaria, segundo Rubim, a participação direta de Ernest Jones no processo de expulsão. Roudinesco e Plon (1998: 231) confirmam a existência desse “sistema de comunicação clandestino”, que, até 1998, não fora publicado. Fica a indicação de material a ser investigado.

Referindo-se ao ano de 1920, Reich comentava: “O único psiquiatra militante, Tausk, havia cometido suicídio pouco antes” (Reich, 1985: 48). Essa referência a Tausk¹¹, de passagem, mereceria um destaque. O que Reich estaria a dizer com “psiquiatra militante”? Referia-se a uma ‘militância’ exclusivamente psicanalítica (o que já exigiria, no meio médico da época, por si só, um trabalho político de fôlego) ou a um trabalho mais amplo? Essa reflexão se insere na problemática histórica e epistemológica que imbrica psicanálise e política e instiga a “pensar o sujeito da política a partir da psicanálise” (Hoffmann e Birman, 2018) também pelo viés do sujeito político na história do movimento psicanalítico (dentro - e fora - do campo psicanalítico). Os efeitos da clínica na política e da política na clínica entram igualmente em cena: clínica e política habitam e se movem, indubitavelmente, numa cesura, lá onde a interseção é o único lugar não-vazio do diagrama. Clínica e política: relação e interseção inelidíveis. É nesse lugar que se pode encontrar e reconhecer o que talvez tenha sido uma das mais importantes contribuições de Wilhelm Reich ao movimento psicanalítico. Ainda que permaneça recalcada, parece forçar o retorno na forma de um compromisso cada vez mais intenso e profundo que caracteriza o campo da psicanálise crítica contemporânea – e que, no Brasil, mais recentemente, recebeu o nome de “Psicanalistas Unidos pela Democracia”.

Reich e a clínica psicanalítica

“O sintoma é a negação (rotura) da negação (recalcamento)”
Wilhelm Reich, Materialismo Dialético e Psicanálise

Os textos “O caráter impulsivo” (Reich, 2009) e “Análise do caráter” (Reich, 1998), escritos respectivamente em 1925 e 1933, demarcam sua contribuição para a técnica de interpretação e de análise da resistência. Atualmente, a psicanálise avançou substancial e suficientemente tanto nessa questão quanto na do manejo da transferência e da contratransferência. Contudo, na década de 1920, esse progresso técnico não era tão evidente. O termo contratransferência apareceu pela primeira vez em Freud (XI: 130), em 1910: “tornamo-nos cientes da ‘contratransferência’, que, [no médico], surge como resultado da influência do paciente sobre os seus sentimentos inconscientes” (Freud, XI: 130). Na época, poucos se dedicavam a essa questão. Na obra de Ferenczi, o conceito aparece publicado pela primeira vez em 1919. Em 1920, em comunicação sobre a “técnica ativa” em psicanálise apresentada no VI Congresso da Associação Internacional de Psicanálise, em Haia, Ferenczi criticava um certo ‘não-dito’ sobre a técnica que grassava

no meio: “trata-se aqui de criar um conceito e um termo técnico para algo que sempre foi utilizado *de facto*, mesmo sem ser formulado, e de empregá-lo deliberadamente (...) é o único meio de tomar consciência do seu próprio agir no verdadeiro sentido do termo, e só essa tomada de consciência permite a utilização metódica e crítica de um procedimento” (Ferenczi, III: 118). Em 1924, um pouco antes de Reich publicar o ‘O caráter impulsivo’, Ferenczi sustentava que “uma das principais tarefas do analista [é] desmascarar as resistências do paciente; e não se pode abrir uma exceção para o caso particular em que a resistência pretende recorrer à nossa ‘regra fundamental’¹² da associação para se contrapor aos objetivos do tratamento” – sem dúvida, se fosse um manifesto, Reich assinaria embaixo. Essas passagens remetem à leitura de Joel Birman sobre a importância de Ferenczi contra a estagnação da experiência psicanalítica: “Quando a escuta dos analistas se mostrou saturada por formas tradicionais, foi na obra de Ferenczi que eles encontraram novas perspectivas para sua prática” (Birman, 2014: 28).

Em 1942, quando da primeira edição norte americana de “A função do orgasmo”, Reich rememorava Ferenczi: “Ferenczi afirmou que ninguém realmente seguia, ou podia seguir, a regra [fundamental]” (Reich: 1985: 51). Neste mesmo texto, ironicamente, também lembrava que, em 1920, diante da resistência, “o conselho dos analistas mais velhos era sempre o mesmo: ‘Continue apenas analisando’. Todo o meu método e meu trabalho de análise do caráter derivam desse ‘continue apenas analisando’” (Reich, 1985: 50). De fato, em 1933, ao apresentar ‘Alguns problemas da técnica psicanalítica’, logo no início de ‘Análise do caráter’, Reich sustentava que, no que dizia respeito ao problema da técnica e aos “limites da aplicação da teoria à prática”, os dois pilares estavam em Freud (“o chamado ABC da técnica analítica”) e nas “obras muito instrutivas sobre técnica, de Ferenczi” (Reich, 1998: 17).

Aliás, Freud, Ferenczi e Balint (que acompanha o mestre húngaro) são três nomes fortemente ligados a essa problemática, ainda que a ‘ligação’ se deva a uma divergência: segundo Balint (2014 [1968]), foi justamente no que toca à relação médico-paciente e à “técnica de interpretações da contratransferência” (Balint, 2014: 133) que a dissensão entre Freud e Ferenczi se tornou crítica. Isso foi entre 1930 e 1933, período em que Ferenczi publicou ‘Princípio de relaxamento [relaxação] e neocatarse’ [1930], ‘Análises de crianças com adultos’ [1931] e ‘Confusão de língua entre os adultos e a criança’ [1933]¹³. Segundo Pierre Sabourin, isso representou o momento de rompimento de Freud com um de seus amigos mais íntimos, quando Ferenczi passou a ser considerado “o

padrinho (*godfather*) dos transbordamentos de afeto maternal que poderiam levar os jovens analistas para um caminho criticável” (Sabourin, 2011: XIII). A publicação póstuma de “Notas e fragmentos” (Ferenczi, IV: 313) revelou uma interpretação crucial quanto à teoria da fantasia que decerto não agradava a Freud: “Teoria da fantasia = uma escapatória para a *realização* (a mesma coisa para os analistas que resistem). Eles preferem aceitar que o seu espírito (memória) (e o dos seres humanos) não é tão digno de confiança do que crer que *tais* coisas com *essa espécie* de pessoas podem ter *realmente* acontecido (autossacrifício da *integridade* de seu próprio espírito para salvar os pais!)”.

Para Balint (2014: 155), “o evento histórico do desacordo entre Freud e Ferenczi agiu como um trauma no mundo psicanalítico”. Pois foi justamente nesse momento, decerto doloroso e crítico tanto para Freud quanto para o movimento psicanalítico, que Wilhelm Reich publicou ‘Análise do caráter’ (1933) – e não se pode negar que, ao menos no que tange à franqueza, Reich lembrava Ferenczi. A publicação de Reich (resultado da prática clínica e dos seminários sobre técnica entre 1924 e 1930) trazia à tona uma importante reflexão sobre “transferência negativa latente” que se inspirava em texto de Groddeck¹⁴ (2011 [1917]) do final da década de 1910¹⁵. Todavia, no capítulo sobre ‘O caráter masoquista’ (*Der masochistische charakter*), que fora publicado no *Internationalen Zeitschrift für Psychoanalyse* (edição 1932-33 do periódico editado e dirigido por Freud), Reich demarca sua ruptura clínica com a teoria freudiana da pulsão de morte¹⁶. Talvez não seja leviano dizer que Reich, com esse ato, ‘cutucava a onça’ justo no momento em que ela estava ferida pela perda de uma grande amizade. Embora não haja como afirmar exatamente até que ponto isso realmente afetou a relação Freud-Reich e o quanto impactou a recepção da obra de Reich no interior do movimento psicanalítico, pode-se estimar. De qualquer forma, não seria tão arriscado supor que Freud (a despeito de outras razões) tenha inserido na lista de ‘jovens analistas’ a seguir ‘um caminho criticável’ um Reich que manifestava concordância com Ferenczi no que tangia à problemática da regressão. Segundo Balint (2014: 155), naquele contexto, “para a maior parte dos analistas, a regressão passou a ser considerada apenas em seus aspectos ameaçadores e prejudiciais, ou seja, um mecanismo de defesa difícil de manejar, um importante fator da patogênese e uma formidável forma de resistência. Sua função como aliado da terapia praticamente não foi incluída em suas considerações”. No entanto, assim como Ferenczi, Reich pensava a regressão dialeticamente (em suas dimensões negativa e positiva), como uma espécie de ‘obstáculo epistemológico’ a desafiar a clínica. Pelo visto,

“o sentimento de não ser compreendido por Freud” (Balint, 2014: 154) parecia ser um ponto de interseção entre Reich e Ferenczi.

Em ‘O caráter impulsivo’, a visada epistemológica e metodológica de Reich (2009 [1925]) destaca que a “metodologia psicanalítica requer que os fenômenos sejam primeiro examinados separadamente, não só em análises individuais, mas também em todo o campo da psicopatologia (...) [para somente depois] sintetizar os resultados isolados e, subsequentemente, avançar para teorias de validade geral” (Reich, 2009 [1925]: IX). Enfatiza também a importância de “O Eu e o Id” - “pedra angular de uma futura caracterologia de base psicanalítica” (idem: XIII) - para a compreensão de uma característica dinâmica e dialética do método de investigação psicanalítica que, a seu ver, evitaria “escrupulosamente abordar a personalidade de um paciente com teorias rígidas, pré-construídas” (ibidem: X). Nessa publicação, datada, Reich afirmava que a psicanálise deixava de ser apenas uma “terapia do sintoma” para se tornar, cada vez mais, uma “terapia do caráter como um todo” que teria na “análise da resistência” seu aspecto central. Segundo ele, remetendo a “A história do movimento psicanalítico”, de Freud, 1914, “essa mudança pode ser atribuída à descoberta inicial de Freud de que o fator essencial do trabalho analítico não consiste em deduzir o significado inconsciente de um sintoma e comunicá-lo ao paciente, mas em reconhecer e eliminar a resistência” (Reich, 2009: X). Freud, em texto de 1903 intitulado ‘O método psicanalítico de Freud’, curiosamente escrito na terceira pessoa do singular com a finalidade de integrar um livro de Loewenfeld, se referia à “*resistência* que se opera contra a recuperação das lembranças perdidas” e dizia que “o fator de resistência se tornou uma das pedras angulares da sua teoria” (Freud, VII: 259, grifo do autor). Num texto de 1905, “Sobre a psicoterapia”, Freud (VII: 277) era igualmente claro: “o tratamento psicanalítico pode, em geral, ser concebido como tal *reeducação no superar resistências internas*”¹⁷. Para sustentar a prioridade da análise do caráter em relação à análise do sintoma, além de se basear nos textos freudianos supracitados, evoca “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, de 1905; “Caráter e erotismo anal”, de 1908; e “Além do princípio de prazer”, de 1920; bem como cita trabalhos de Ferenczi, Rank e Abraham.

Há um enunciado em “O Eu e o Id” que a Reich sempre foi muito caro e claro: “O Eu é sobretudo corporal. Não é apenas uma entidade superficial, mas ele mesmo a projeção de uma superfície [...]. O Eu deriva das sensações corporais, principalmente daquelas oriundas da superfície do corpo. O Eu pode ser visto como uma projeção mental

da superfície do corpo, além de representar as superfícies do aparelho psíquico” (Freud, 2011: 32). Reich pensava a corporeidade, a concretude, a materialidade do Inconsciente. Queria poder tocá-lo com as mãos. Em 1945, já fora do movimento psicanalítico, argumentava: “Esse algo chamado ‘id’ é uma realidade física, ou seja, é a energia orgone cósmica” (Reich, 1998: 277). Pode-se dizer que as pesquisas de Reich que desembocam no conceito de ‘orgone cósmico’ refletem uma busca incansável de Reich por uma suposta essência material do Inconsciente freudiano (ou energética, com base na dialética energia|massa de Einstein, com quem Reich se correspondeu e se encontrou, em 1940). Entretanto, pode-se notar também um desvio de rota: lá onde Freud busca um ‘quimismo’, Reich sai ao encalço de uma natureza ‘biofísica’. Em 1947, num texto intitulado ‘Da psicanálise à biogênese’, Reich afirmava que “o conceito de Freud da libido como medida da energia psíquica já não é apenas um símil. Refere-se a processos bioelétricos concretos (...) *O prazer a angústia* são as duas excitações primordiais, ou emoções primordiais, da substância viva” (Reich, 1985: 311, grifos do autor).

Em 1927, constatando que “muito poucos estão preparados para seguir a regra básica e abrir-se completamente ao analista” e refletindo sobre a análise da resistência, enuncia que a “couraça do caráter” é “a expressão concreta da *defesa narcísica* cronicamente implantada na estrutura psíquica” e sustenta que a resistência de caráter “não se expressa em termos de conteúdo, mas de forma” (Reich, 1998: 52, 59). Ferenczi, em 1932, anotava no que seria “a parte menos íntima”¹⁸ (Ferenczi, IV: 268) do seu diário clínico: “*A ‘lembrança’ permanece imobilizada no corpo e somente aí pode ser despertada*” (Ferenczi, IV: 304). Dois anos depois, no XIII Congresso Psicanalítico Internacional, em Lucerna, em discussão sobre material clínico acumulado, Reich apresentava a ideia de que “a couraça funciona sob a forma de atitudes musculares crônicas e fixas (...) a rigidez muscular e a rigidez psíquica são uma unidade”, como couraça ‘muscular’ do caráter (Reich, 1998: 313, 316). Note-se que, com essa concepção, Reich, tal qual Freud ao pensar a histeria, negava a ilusão de materialidade que o véu da “lesão anatômica” criava, ao mesmo tempo em que, no seu “registro psíquico e funcional” (Birman, 2011: 20), o traço mnêmico ganhava corpo, se encarnava. Parafraseando Joel Birman, pode-se dizer que Reich articulava o visível da semiologia da couraça com a invisibilidade da doença neurótica, tornava visível no corpo o invisível da neurose, via se materializar no corpo histórico do ser (sexual e social) os traços da memória, as marcas que a neurose de caráter inscreveria no aparelho muscular. Ligando dialeticamente (não de forma dualística e polarizada)¹⁹ aparelho psíquico e muscular, Reich, sem perder de

vista a história, o tempo e a escuta analítica, propiciava à psicanálise a possibilidade do olhar - não o olhar da clínica médica voltado para o “fundo estável, visível e legível da morte” (Foucault, 1994: 226), mas um olhar que buscava no corpo vivo o registro ainda pulsátil de “traços de memória recalçados das experiências primevas” (Freud, XVIII: 53).

Groddeck (2011); Ferenczi (2011), Balint (2014), Winnicott (2000), Fédida (2003), Haag (1989), Aulagnier (1999), Anzieu (2000) e Kristeva (2002), entre outros que Ivanise Fontes reúne sob a rubrica de ‘Psicanálise do sensível’ (Fontes, 2010)²⁰, são exemplos de uma extensa produção sobre o corpo (tematizando inclusive a questão do tratamento psicanalítico do caráter, da atitude corporal, da dimensão corporal da transferência etc.). Ao lê-los, eventualmente me remeto a Reich, *exempli gratia*, no que tange ao processo que Haag (1989) designa “naissance psychologique” ou no que Anzieu (2000) chama de “eu-pele”, e, do mesmo modo, ao ler Reich (principalmente os textos mais clínicos) me remeto à literatura da ‘psicanálise do sensível’ e a Ferenczi. Em 1942, Reich insistia em evocar Ferenczi: “homem de talento e humanamente destacado, tinha perfeita consciência da desolação reinante no campo da terapia. Procurou a solução no corpo. Desenvolveu uma ‘técnica ativa’” (Reich, 1985: 135). Qualquer semelhança entre a descrição ferencziana de ‘satisfação orgástica’ (em ‘Thalassa’, de 1922) e o conceito reichiano de ‘potência orgástica’ não terá sido mera coincidência: “a satisfação orgástica corresponde, de certo modo, à *genitalização explosiva do organismo todo*, à identificação *total* do organismo com o órgão de execução sob efeito da fricção” (Ferenczi, III: 309).

Não se trata, obviamente, de ‘a mesma coisa’. Reich, por exemplo, divergiria da posição de Winnicott quanto à ambivalência essencial à relação sujeito-objeto. Reich, na verdade, enfatiza essa ambivalência (ainda que faça a crítica da ideia de pulsão de morte) e deixa evidente sua leitura quanto a isso ao explorar profundamente a potência das transferências negativas e o conceito de transferência negativa latente e ao problematizar a técnica de interpretação e análise da resistência e o manejo da transferência e da contratransferência (Reich, 1998 [1933]). Porém, malgrado as divergências teóricas, há pontos importantes de contato e, sem dúvida, um diálogo - até o momento - perdido.

Corpo, prazer, vida e morte

“O que me espera ‘ali’ não é uma Verdade profunda com a qual devo me identificar, mas uma verdade insuportável com a qual devo aprender a viver”

Slavoj Žižek, Como ler Lacan

A psicanálise sempre se ocupou do corpo, apesar do “esquecimento da presença do *corpo* na experiência do sujeito” que se conjuga ao “mal-estar na psicanálise” (Birman, 2019: 18-23). O corpo em Freud é, como depois Lacan representará, algo que se faz na cesura, no limite, na interseção (nó borromeano, diagrama de Venn): é real, imaginário e simbólico. Dejours (2005: 245), em texto de 1984, sinalizava a necessidade de se pensar o corpo, figura ineludível e categoria inelidível do discurso psicanalítico, como “ponte crucial na prática da transferência”. Depois de Freud, como diz Birman (1991:9): “o reconhecimento do caráter simbólico do corpo impede a sua representação como apenas uma máquina anátomo-funcional, constituída por mecanismos bioquímicos e imunológicos” – apesar da resistência que reina no interior da medicina e da psiquiatria contemporâneas, sobretudo da fração hegemônica que alimenta a indústria farmacêutica e dela se alimenta.

Reich, portanto, durante o período que vai de 1920, ano de seu ingresso na sociedade Vienense de Psicanálise²¹ e no qual apresenta o artigo “O conflito libidinal e a ilusão de Peer Gynt”, até sua expulsão da IPA, em 1934, não representa, a rigor, uma ruptura teórica ou epistemológica em relação a Freud. Parafraseando Birman, pode-se dizer que Reich, de fato, jamais rompeu com a “ruptura freudiana criadora do conceito de Inconsciente, instituidora da prática da Psicoanálise” (Birman, 1978:1). Há a polêmica em relação à pulsão de morte, que, não por menos, enceta talvez a cicatriz mais profunda na relação Freud-Reich.

Em 1915, poucos meses após o início da I Guerra Mundial, Freud escrevera em “Considerações atuais sobre a guerra e a morte”: “não existe em nós nada de instintual que favoreça a crença na morte” (Freud, 2010: 242)²². Reich, pelo jeito, levou esse enunciado ferreamente a sério e expandiu seu sentido para algo como ‘não existe em nós nada de instintual [pulsional] que nos conduza à morte ou que nos faça inconscientemente desejá-la’. Não é improvável que a recusa reichiana se ligue ao grande trauma de sua vida. Em sua autobiografia, publicada postumamente, Reich chama de “a catástrofe que destruiu primeiro minha mãe, depois papai e, por fim, a minha juventude” (Reich, 1996: 26) uma série de acontecimentos traumáticos que têm no suicídio de sua mãe um momento de sofrimento paroxístico. O impacto desse trauma (dessa verdadeira catástrofe emocional) na vida e na obra de Wilhelm Reich não pode ser desprezado. E parece que Reich buscava na irrefreável força da pulsão sexual, suposta força maior do humano, o argumento de verdade que poderia absolver sua mãe e tranquilizar seu pai. Conscientemente, travou uma batalha épica contra a ‘moral sexual repressiva’ e contra a

ideia de pulsão de morte; ideia que, a seu ver, encobria a verdade da primazia da pulsão sexual. Do seu ponto de vista, a teoria da pulsão de morte simbolizava e sintetizava uma vitória da hipocrisia sobre uma pulsão que emanava do mais profundo e concreto do ser biológico, sua força motriz, seu imperativo maior, sua fonte de vida; representava e sintetizava, no limite, para aquele que trazia em si (para sempre) um púbere traumatizado, o corpo morto de sua mãe a não mais acalenta-lo, a castração mais severa, a capitulação diante da miséria sexual e de mortes evitáveis. Aos 47 anos, em 1944, acrescentou a seguinte passagem à sua autobiografia: “A situação agora se tornou clara para mim: o que mamãe fez era perfeitamente correto! A minha traição lhe custou a vida (...) Que o trabalho de minha vida possa compensar meu erro” (Reich, 1996: 41). Uma culpa desoladora, uma perda quase irreparável. É razoável supor que Reich tenha buscado, inconscientemente, reparação na psicanálise. Se não a encontrou, ao menos sua vida e obra testemunham uma busca coerente e honesta.

Destaque-se também uma distinção gritante no que tange ao que Freud e Reich estavam a viver, respectivamente, naquele momento histórico: enquanto Freud, um senhor quase sexagenário e médico internacionalmente conhecido, refletia sobre a guerra e a morte instalado no coração de Viena, um jovem Reich de 18 anos de idade partia de uma “propriedade rural bastante vasta na Bukovina setentrional, o posto avançado mais remoto da cultura alemã” (Reich, 1996: 11), não muito distante da fronteira ucraniana, rumo ao serviço militar. Em sua autobiografia, recordava: “naquele tempo, levávamos tudo a sério. Não pensávamos se fazia ou não sentido (...) Sublinho o fato de que aceitei os ensinamentos militares acriticamente e sem pensar (...) Na primavera de 1916, recebi o comando de um pelotão no batalhão de uma infantaria e parti para o campo de batalha” (Reich, 1996:66). Como se pode notar, a declaração de Reich confirmava a visão freudiana de que, naquele contexto, ele seria “um dente da gigantesca engrenagem da guerra [uma partícula da enorme máquina de guerra]” (Freud, XIV: 311; Freud, 2010: 210). É bem provável, portanto, que não tenha compartilhado da “desilusão provocada pela guerra” como um dos “fatores responsáveis pela miséria psíquica [aflição mental] dos não combatentes” (Freud, 2010: 210-11; Freud, XIV: 311). Contudo, quanto ao estado psíquico dos “não combatentes”, Reich nos oferece uma visão aterradora dos afetos iniciais, quando da “ordem de mobilização geral” de 31 de julho de 1914, anteriores mesmo à “desilusão” que Freud aponta em 1915: “Nosso medo se assemelhava àquele experimentado diante da visão de um dilúvio ameaçador que não se pode deter (...)”

Apenas sentia-se a terrível aproximação de uma tempestade misteriosa e sinistra. As pessoas corriam de um lado para o outro perturbadas ou tomadas de uma falsa calma” (Reich, 1996: 60). Essa descrição nos faz recordar de passagens de Walter Benjamin que, publicadas em ‘As armas do futuro’, em 1925, refletiam sobre os “preparativos para a guerra química”²³ (Benjamin, 2013: 72), promotores de “um front espectral” da guerra que, intuía Benjamin, viria a seguir. Uma, em especial, destaca-se: “O terror deve ser algo similar à psicose (...) e justamente a monstruosidade [de um] destino ameaçador se torna um pretexto para a inércia mental” (Benjamin, 2013: 70-71). De qualquer forma, o fato epistemológico é que, em 1920, Freud encontrou a ‘pulsão de morte’. Coube sobretudo a Reich, um jovem ‘combatente’ na Primeira Guerra carregado de culpa pela morte trágica da mãe e pela morte dramática do pai no curto intervalo de 1910 a 1914 - e, cerca de uma década depois, militante socialista na luta de classes - a ingrata tarefa de tentar refutá-lo.

Na obra de Reich, os textos-chave, o ponto de partida, o chão firme para se iniciar esse estudo são “O caráter impulsivo” (Reich, 2009), publicado em 1925; ‘Die funktion des orgasmus’, publicado em 1927; ‘Os conhecimentos materialistas da psicanálise e algumas interpretações idealistas’, ‘A dialética do psiquismo’ e ‘A posição sociológica da psicanálise’, publicados pela primeira em *Unter dem Banner des Marxismus* (na Alemanha) e no soviético *Pod Znamieniem Marxisma*, em 1929²⁴, textos reunidos em edição portuguesa sob o título “Materialismo dialético e psicanálise”²⁵ (1977) e em edição argentina sob o título “Marxismo y psicoanalisis”²⁶ (1971); ‘O caráter masoquista’, publicado inicialmente em *Internationalen Zeitschrift für Psychoanalyse*, em 1932, e que integra o já conhecido “Análise do caráter”; bem como “Reich habla de Freud” (Reich, 1970).

Em “O caráter impulsivo” é preciso pente-fino para captar o que ainda não se consubstanciara em crítica; até mesmo porque “Além do princípio de prazer”, de 1920, não criticado explicitamente na ocasião, foi um dos textos freudianos que fundamentaram sua leitura epistemológica e crítica do método clínico psicanalítico (método que, segundo Reich, apesar dos esforços de Freud, estaria a perder o chão da análise da resistência). Todavia, há pelo menos uma passagem na qual o pente-fino, aplicado a contrapelo, se justifica: “não está claro por que motivo o fenômeno universal da compulsão à repetição, isto é, a compulsão a experimentar determinadas situações repetidamente, prevalece como traço de caráter apenas em certos casos e parece não exercer o papel pertinente à sua natureza biológica em outros”.

Em ‘Die funktion des orgasmus’, de 1927, nota-se uma crítica em estado nascente, até mesmo branda, à hipótese freudiana da pulsão de morte. Mas pode-se dizer que, nessa publicação de 1927, Reich admitia, se não um lugar para a pulsão de morte, ao menos um lugar para uma pulsão de destruição: “Os estudos teóricos de Freud sobre a libido, confirmados pelos resultados de Abraham, Federn, Sadger e muitos outros, ensinam-nos que, assim como o aparelho genital e as zonas erógenas são zonas funcionais do instinto sexual [pulsão sexual], o instinto [pulsão]²⁷ de destruição recorre à musculatura [aparelho motor] e que, como mostra a análise dos casos em questão, a agitação motora se manifesta nestas neuroses ao ponto de a excitação sexual não satisfeita invadir o sistema muscular; não se manifesta nele já como atividade sexual, mas como tendência para a destruição. Temos, portanto, de admitir que *se a excitação sexual não é nem absorvida no sintoma nem bloqueada na angústia de estase, passará para o instinto [pulsão] de destruição*”²⁸ (Reich, 1977:210). Mais adiante, nota-se um fragmento de discurso reichiano ‘a procurar um lugar’ para a pulsão de morte: “segundo a hipótese de Freud, o instinto de morte ou, por outras palavras, o instinto biológico de destruição se desenvolve no *interior* do indivíduo. Com o esgotamento da fonte individual do Eros, isto é, do instinto de vida, instala-se o processo de involuções que leva à morte – e isso não pode ser obra do acaso” (Reich, 1977: 213). Há nessa passagem o que me parece ser um problema de tradução importante, de valor conceitual e epistemológico: “o instinto de morte ou, por outras palavras, o instinto biológico de destruição”. Faz-se necessário acessar o texto em alemão para verificar se o emprego da palavra *trieb* antecede o emprego de *instinkt*. Se isso se confirmar, estaremos diante de uma conceituação que iguala *trieb* a *instinkt* em perspectiva biológica. Também não há nota de tradução esclarecendo se no texto original emprega-se a palavra *trieb* ou *instinkt* ou se aparece *todestrieb* ou *destruktiontrieb*. Isso igualmente deixa em aberto se Reich está empregando efetivamente *destruktiontrieb* como um representante de *todestrieb* ou se está estabelecendo uma distinção entre os dois conceitos pela mediação do ‘aparelho motor’. Chama a atenção, contudo, que na edição brasileira de “O caráter impulsivo” (Reich, 2009), cujo título em alemão era “Die triebhafte charakter” [1925], apareça tão somente a palavra ‘pulsão’ e não ‘instinto’.

Em “Materialismo dialético e Psicanálise”, publicado dois anos depois, a crítica se aprofunda: “Enquanto a base física da pulsão sexual e da pulsão de nutrição é evidente, à noção de pulsão de morte falta um fundamento material igualmente claro: a invocação do processo orgânico de desassimilação representa, neste caso, mais uma analogia formal

do que uma relação efectiva de conteúdo. A pulsão de morte só será realista na medida em que uma relação *real* a ligue aos processos de autodestruição no organismo. Mas não podemos negar que o seu conteúdo impreciso e a impossibilidade de a captar como tal – o que já é possível para a libido por exemplo – fazem facilmente dela o refúgio das especulações idealistas e metafísicas sobre a vida psíquica” (Reich, 1977: 42-43). Apesar de crítico, Reich, nessa mesma publicação, defende e praticamente isenta Freud da responsabilidade pelo que denomina “desvio idealista da psicanálise”: “segundo o próprio Freud, ‘a pulsão de morte’ é uma hipótese extra clínica; mas não é por acaso que com ela se opera tão facilmente, e que, na psicanálise, abriu as portas a especulações inúteis. Para reagir contra a corrente idealista que se desenvolveu com a nova hipótese das pulsões, o autor destas linhas tentou conceber a pulsão de destruição como dependente da libido, e, portanto, incluí-la na teoria materialista da libido” (Reich, 1977: 43).

De alguma maneira, a crítica de Reich ao ‘desvio idealista’ sustentado pela hipótese da pulsão de morte vai ao encontro da tese de Joel Birman de que “a história do pensamento psicanalítico é uma história de ‘des-sexualização’ da psicanálise” (comunicação oral, aula PPG Teoria Psicanalítica, UFRJ, 270519). Quando ainda era um jovem estudante de medicina, porém já leitor de Freud e a revelar maturidade, Reich escrevia o seguinte em seu diário, em 1º de março de 1919: “minhas experiências próprias, minhas observações a respeito de mim mesmo e dos outros, levaram-me à convicção de que a sexualidade é o núcleo em torno do qual toda a vida social, assim como a vida espiritual interior do indivíduo, gira – quer a relação com esse núcleo seja direta, seja indireta (...) Todos temos consciência, todavia, de que há algo ativo em nós, seja a moral ou a estética, que nos impede de acreditar nisso. Tendemos a nos enganar tentando parecer melhores aos nossos próprios olhos (...) Não faço tais afirmações sob influência das obras de Freud ou da conferência de hoje – *e como prova ofereço o fato de que eu tinha já consciência dessas coisas muito antes de começar a estudar essa ciência*” (Reich, 1996: 84-85)²⁹. Essa posição fica evidente no texto reichiano de 1932, ‘O caráter masoquista’ (*Der masochistische charakter*), publicado no *Internationalen Zeitschrift für Psychoanalyse* [v. XVIII, 1932-33], cujo editor era Freud, e reapresentado em ‘Análise do caráter’, em 1933. Essa publicação demarca um momento crítico da relação de Reich com a IPA: nota da edição completa norte-americana de 1961 afirma que Freud exigira que a publicação “fosse acompanhada de uma nota editorial esclarecendo que Wilhelm Reich escrevera o artigo contra a teoria da pulsão de morte ‘a serviço’ do partido Comunista”. Fenichel, entre outros, teria recusado essa proposta e uma solução

intermediária fez com que uma ‘réplica’, de Siegfried Bernfeld, acompanhasse o texto. Localizei um texto (conferência pronunciada) de Bernfeld de 1926 que serviu de base para o de 1932 (Gente, 1972). Nesse momento, Reich defende que o “deslocamento” teórico do conflito psíquico, que desde “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna” (Freud, IX), em 1908, estivera posto como “conflito entre a pulsão e o mundo externo”, restringiu a crítica da moral sexual repressiva como prejudicial à saúde psíquica: “O significado essencial da convicção de Freud era que o desenvolvimento psíquico se realiza com base no conflito entre a pulsão e o mundo exterior. Seguiu-se um segundo conceito, que não anulou o primeiro, é verdade, mas reduziu muito sua importância. O conflito psíquico passou a ser concebido como o resultado do conflito entre *Eros* e a pulsão de morte” (Reich, 1998: 221). Segundo Reich, essa nova formação teórica, remontando o conflito psíquico aos elementos internos, “diminuiu, cada vez mais, o papel supremo do mundo externo, frustrante, punitivo” (idem), esvaziando progressivamente a crítica da moral sexual repressiva que até então ocupara lugar central na teoria das pulsões freudiana³⁰.

Na sequência, em 1934, já no exílio desde abril de 1933 por efeito da chegada dos nazistas ao poder³¹ e expulso do partido comunista alemão por conta do desgaste provocado por sua defesa da psicanálise, das contradições provocadas por sua militância na SEXPOL (Associação para uma política sexual proletária), da qual era fundador, e das críticas à atuação da direção do partido³² diante da irrupção do nazismo, Reich foi comunicado, durante o XIII Congresso da Associação de Psicanálise, realizado em Lucerna, de que não fazia mais parte da associação alemã, nem da internacional³³. Entretanto, esquentando a polêmica com a reedição de ‘Materialismo dialético e Psicanálise’, agora acrescido de inúmeras notas (chamadas ‘notas de 1934’) e do capítulo ‘A aplicação da psicanálise à pesquisa histórica’ (não obstante tenha mantido intacto o texto original). Percebe-se que, nessas batalhas intelectuais e políticas, a Reich não foi dada nenhuma trégua ou suporte - nem mesmo quando se configurava um dos períodos mais sombrios da história do continente europeu, tampouco de onde mais se esperava, por sua genealogia política e/ou intelectual, alguma solidariedade (de classe ou ao menos humanitária).

Mal-estar na civilização [Das unbehagen in der kultur]: Freud X Reich?

“A dominação de Hitler não significa o fim do processo histórico. Se a psicanálise teve alguma vez raison d’être histórica e se sua função social

era necessária, a atual fase de desenvolvimento histórico deverá prová-lo”
Wilhelm Reich, Carta de Reich aos Editores da IPA, 1933

Boadella (1985), um biógrafo de Reich, sustenta que teria havido uma reunião na casa de Freud, onde, logo após o retorno de viagem à Rússia, em 1929, Reich falou sobre “A profilaxia das neuroses”. Segundo Boadella, essa teria sido a primeira de uma série de reuniões que forneceram a base para “O mal-estar” de Freud (concluído no final de 1929 e publicado em 1930). O biógrafo afirma que, nesse texto, Freud respondera a várias questões colocadas por Reich na reunião. Em uma busca superficial, inicial, não consegui localizar outro estudo que confirmasse essa assertiva. Porém, considero relevante avançar nessa leitura, pois há passagens intrigantes no texto de Freud que parecem remeter a questões expostas por Reich em ‘Materialismo dialético e psicanálise’ e - a se testar a hipótese - em *Die funktion des orgasmus*, de 1927 (Reich, 1977/1927). Uma delas chama imediatamente a atenção: “Os comunistas acreditam ter descoberto o caminho para nos livrar de nossos males (...) Não estou interessado em nenhuma crítica econômica do sistema comunista; não posso investigar se a abolição da propriedade privada é conveniente ou vantajosa” (Freud, XXI: 134-135).

Nas passagens em que Freud se refere a ‘propriedade privada’, em momento algum aparece a categoria ‘meios de produção’, sem a qual é inviável compreender a questão da propriedade privada ou social em Marx (1982). Chega a ser um tanto constrangedor admitir que Freud, culto como era, tenha se proposto a realizar uma crítica tão pueril. Na passagem em que sustenta que “as premissas psicológicas em que o sistema [comunista] se baseia são uma ilusão insustentável”, Freud (XXI: 135) comete alguns deslizes que atestam, por outro lado, a insustentabilidade de suas premissas de análise do “sistema comunista”: primeiro, o “sistema comunista” (bem como o texto reichiano que articula materialismo dialético e psicanálise) não se baseia em ‘premissas psicológicas’; segundo, como já dito, a questão da propriedade privada em Marx diz respeito direta e objetivamente aos meios de produção e, terceiro, introduz uma suposta conexão causal e explicativa entre ‘propriedade’ e ‘agressividade’ que não está colocada, nesses termos, no arcabouço teórico ‘comunista’: “A agressividade não foi criada pela propriedade” (Freud, XXI: 135).

Há outros trechos em que se revela um Freud pouco afeito a autores da Sociologia crítica do século XIX. Nos manuscritos sobre “anotações de leitura” e referências bibliográficas antropológicas e sociológicas na preparação de Totem e Tabu, notadamente

em sua busca das “raízes filogenéticas de fantasias primitivas inconscientes sobre castração, parricídio e incesto materno” (Grubrich-Simitis, 1995: 128-129), Freud elencara Atkinson, Darwin, Frazer, Lang, Kleinpaul, MacLennan, Robertson Smith, Tylor, Westermarck, Morgan, Boas, Mauss, Spencer e Durkheim. Grubrich-Simitis (que estudou originais de Freud arquivados na seção ‘Sigmund Freud Collection’ do departamento de manuscritos da ‘Biblioteca do Congresso’, em Washington) afirma que se tratou de uma “envolvente expedição de leitura”, cuidadosa, que durou meses. Ou seja, em 1913 Freud já possuía uma sólida e extensa cultura antropológica (e razoável sociológica) e é pouco provável que não a tenha expandido em quase 17 anos. No entanto, surpreende que Freud, profundo conhecedor da literatura antropológica, não cite Morgan, Marx, Durkheim ou Weber e que seus nomes sequer constem da “bibliografia e índice de autores” da ESB. Desse modo, ao naturalizar desigualdades sociais e relações sociais de produção, parecia a flertar com uma espécie de ‘darwinismo social’: “a natureza, por dotar os indivíduos com atributos físicos e capacidades mentais extremamente desiguais, introduziu injustiças contra as quais não há remédio” (Freud, XXI: 135). Freud reiteradamente se refere a uma “inclinação para a agressão”, de ordem pulsional, “característica indestrutível da natureza humana” (idem, p. 136). Em ‘Inibição, sintoma e angústia’, de 1926, por exemplo, há uma passagem que também expressa isso, ainda que indiretamente: “Existem também claramente inibições que servem à finalidade de autopunição. Este é amiúde o caso em inibições de atividades profissionais. Não se permite ao ego levar a efeito essas atividades, porque trariam êxito e lucro, e isso são coisas que o severo superego proibiu. Assim o ego desiste também delas, a fim de evitar entrar em conflito com o superego” (Freud, XX: 110). Nota-se aí que lá onde não houve uma reflexão ética e histórico-sociológica sobre as relações capital-trabalho, houve uma explicação abstrata, psicológica.

Quando Freud critica a “liberdade completa da vida sexual” como possibilidade de abolição da família, “célula germinal da civilização” (idem, p. 136), é inevitável recordar a crítica reichiana à instituição do casamento, à família monogâmica e à função social da repressão sexual que logo ganha corpo na estratégia da Sexpol e sua clínica popular e em textos tais quais ‘Die funktion des orgasmus’ (1977/1927), ‘O combate sexual da juventude’ (1975/1932), ‘Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura?’ e ‘A irrupção da moral sexual repressiva’ (1975/1932). Neste último, que tem em “A origem da família, da propriedade privada e do estado” de Engels (2010/1884)

sua referência-chave, Reich associa o advento da família patriarcal monogâmica e o desenvolvimento da moral sexual repressiva às questões de classe e da propriedade privada dos meios de produção.

Todavia, há uma passagem freudiana com a qual Reich e os comunistas (provavelmente) concordariam: “O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo (...); do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas³⁴; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens” (Freud, XXI: 95). O arremate freudiano à hipótese genética do sofrimento humano poderia ser um ponto especial de concórdia: ao afirmar que “o sofrimento que provém dessa última fonte talvez (...) seja mais penoso do que qualquer outro” e que, decerto, seria “menos fatidicamente inevitável do que o sofrimento oriundo de outras fontes”, tangencia a problemática das relações de classe em sistemas de produção social. O sofrimento humano a que Freud se refere é de um tipo que, desde o fim da II Guerra, vem deixando de ser. Birman (2014) distingue dor solipsista e sofrimento, no plano da subjetividade contemporânea, passando pelas categorias de espaço, tempo, desamparo e desalento (e pela relação entre elas) em perspectiva genealógica. Para o sujeito contemporâneo chegar a sofrer será necessário passar aquém e além da dor, do desalento ao desamparo: o sofrer reconhece a escuta do outro e nessa escuta se escuta; o sofrer permite a interlocução que a dor inviabiliza. Para chegar a sofrer, será necessário ao sujeito na contemporaneidade “uma transformação do registro da dor” (idem), passar da dor solipsista ao sofrimento alteritário. Fernando Pessoa (1980) já dizia, no seu ‘Mar Português’, em 1921, como a antecipar o horizonte de uma modernidade que, a despeito de inconclusa, já anunciava, ao longe, o seu limiar e o seu desaparecimento progressivo (horizonte fade out): “Quem quere passar além do Bojador / Tem que passar além da dor / Deus ao mar o perigo e o abysmo deu, / Mas nelle é que espelhou o céu”. Faz-se urgente o resgate da experiência humana do sofrimento (e, dialeticamente, da com-pathos) na expectativa de futuro e de passado, contra um eterno presente desalentador que é produzido sem cessar pela lógica do capital e suas operações objetivas (no mercado e na política) que fomentam o ‘tempo reificado do capital’ (Mészáros, 2007).

Logo adiante (Freud, XXI: 98), ao positivar o deslocamento libidinal por meio da sublimação e evocar “a produção de prazer a partir das fontes de trabalho psíquico e intelectual”, Freud vai ao encontro da ideia marxiana de realização do ser social - ideia que, em Reich, encontra um enunciado de síntese: “Amor, trabalho e conhecimento são as fontes de nossa vida, deveriam também governá-la”. O diálogo, contudo, se torna

inevitavelmente problemático, principalmente porque, a partir desse ponto, Freud, apesar de passar rente ao campo teórico marxista, recusa-se a nele entrar e se mostra inábil (ou terá sido desconfortável?) para manejar suas categorias de análise. Por exemplo, no que tange à terceira direção a partir da qual o sofrimento nos ameaça, a “de nossos relacionamentos com os outros homens” (Freud, XXI: 95), poderíamos propor uma leitura mais complexa que não estaria fora do alcance intelectual e temporal de Freud e que se daria pelo manejo da categoria marxiana de relações sociais de produção: a moral sexual repressiva atende a interesses da classe dominante, tanto no que se refere à governabilidade quanto no que diz respeito à exploração do homem pelo homem (tese exaustivamente defendida por Reich). O capitalismo é uma forma histórica, um sistema de relações sociais de produção baseadas na exploração do trabalho. Como Engels (2010) demonstra, a exploração do trabalho começa com a civilização (em Engels, estágio sucedâneo à barbárie) e se faz acompanhar de um regime patriarcal que ataca o princípio do prazer e do “amor” em nome do princípio da “segurança” (coerente com o que sustenta Joel Birman). Logo, pensar em sofrimento por causas externas remeteria à conexão entre as categorias sexualidade, trabalho e relações sociais de produção. Poder-se-ia argumentar, crítica e sinteticamente, que Freud perdeu a oportunidade de pensar os fenômenos da colonização, da desigualdade social e da exploração/aviltamento do trabalho humano em suas ligações com a moral sexual repressiva (sobre a base das relações sociais de produção) como fontes de mal-estar na civilização – esse movimento, decerto, não feriria a forma do seu pensamento.

De qualquer forma, é provável que Freud, até a publicação de *O mal-estar*, não tenha lido cuidadosamente Marx e que se baseasse num senso comum ideologicamente referenciado³⁵, como a seguinte passagem talvez deixe entrever: “Em nenhum momento de meus trabalhos anteriores tive, tão forte quanto agora, a impressão de que o que estou descrevendo pertence ao conhecimento comum e de que estou desperdiçando papel e tinta, ao mesmo tempo que usando o trabalho e material do tipógrafo para expor coisas que, na realidade, são evidentes por si mesmas” (XXI: 139). Ainda que, na sequência, Freud se contradiga e reafirme a importância da evolução da sua teoria das pulsões, fica no leitor a impressão de que, talvez inconscientemente, Freud estivesse se referindo à sua própria crítica ideológica do comunismo; a perceber a fragilidade de sua argumentação.

Na Conferência XXXV (A questão de uma *Weltanschauung*), de 1933, talvez seja a única vez em que o nome de Karl Marx aparece num texto de Freud. Ainda assim,

parece um Freud informado por discursos de segunda ordem, a ecoar uma espécie de marxismo vulgar (que crescia e se impunha naquela conjuntura), eivado de interpretações equivocadas e sem referência a qualquer texto de Marx ou de Engels. Nessa publicação, na qual admite não estar “nada seguro de estar compreendo corretamente” as “assertivas das teorias de Marx” (Freud, XXII: 214), revela seu menosprezo pela “obscura filosofia hegeliana” (cuja dialética do senhor e do escravo há de retornar à psicanálise por intermédio de Lacan³⁶). Contudo, há passagens de sua crítica ao “marxismo teórico, tal como foi concebido no bolchevismo russo” (Freud, XXII: 218) bem aplicadas, embora não tenha sido capaz, naquele momento, de contextualizar os desvios stalinistas e nem de compreender que o marxismo que criticava era o marxismo vulgar que ele, na sua crítica pouco fundamentada, inadvertidamente reproduzia³⁷.

Por outro lado, há algo no discurso reichiano que parece incomodar a Freud; mas esse ‘algo’ não diz respeito, diretamente, à questão política ou ideológica: trata-se de uma perspectiva um tanto ao quanto normativa da eficácia do trabalho psicanalítico (ou, num linguajar mais médico, da dimensão do prognóstico) e de sua amplitude social. Freud mantém, sobretudo nos escritos posteriores à eclosão da Primeira Guerra Mundial, uma certa reticência elegante (uma espécie de precaução) em relação ao horizonte terapêutico e social da psicanálise e em relação à ideia de ‘cura’. Fica evidente que Reich, em 1925, já sustentava um conceito mais ‘médico’ de cura do que Freud: “a cura analítica implica, em primeiro lugar, reconhecer e compreender os desenvolvimentos imperfeitos e, depois, até onde for possível, aplicar essa compreensão para corrigi-los” (Reich, 2009: X). A junção, num mesmo enunciado, das expressões ‘cura analítica’, ‘desenvolvimentos imperfeitos’ e ‘corrigi-los’ (apesar da relativização de ‘até onde for possível’) evidencia uma pretensão um tanto ao quanto ‘ortopédica’, à qual Freud já parecia ter renunciado em meados da década de 1910. Ao mesmo tempo, Reich alimenta uma esperança mais lata em relação à dimensão social do tratamento psicanalítico. Há uma passagem em “O caráter impulsivo”, de 1925, que ilustra bem isso: “A psicanálise conseguiu demonstrar o quanto o ambiente, a necessidade material, a falta de compreensão e a brutalidade por parte dos pais, uma infância cheia de conflitos e, certamente, as predisposições contribuem para formar indivíduos doentes e corrompidos. A espécie humana se protege deles com a detenção, que, por sua vez, nas atuais condições, tem efeito negativo. Se a consciência moral da espécie humana despertar algum dia, e se esta também lutar para consertar os danos e doenças causados por tantos de seus membros, certamente a psicanálise será a primeiríssima a ser chamada para cooperar no trabalho de libertação da

infelicidade neurótica, quem sabe em circunstâncias mais favoráveis que as existentes hoje” (Reich, 2009 [1925]: 120). Imagino que, ao ouvir um enunciado como esse, Freud provavelmente ficaria em silêncio³⁸, acenderia sem pressa seu charuto (se já não estivesse aceso), daria uma boa baforada e apenas pensaria (a destinar um olhar indagador e um tanto céptico ao interlocutor) que, a despeito da convicção reichiana “num futuro longínquo” no qual “a psicanálise desempenhará um papel decisivo na resolução dos conflitos de nosso século” (Reich, 1974 [1934]: 40), a psicanálise jamais seria a ‘primeiríssima’ a ser chamada...

Amor, trabalho e conhecimento: uma nota inconclusa

*“O homem produz mesmo livre da carência física, e só produz,
primeira e verdadeiramente,
na [sua] liberdade [com relação] a ela”*

Karl Marx, Manuscritos econômico-filosóficos [1844]

“Amor, trabalho e conhecimento são as fontes de nossa vida. Deveriam também governá-la”: esse é o enunciado que acompanha a maioria das publicações de Reich após a sua morte. No enunciado, há três categorias bem definidas e de apreensão quase imediata. Amor e conhecimento remetem imediatamente à ideia de pulsão; respectivamente, pulsão de vida (primária) e pulsão epistemofílica (secundária) - com direito a ilações entre curiosidade sexual, cena primitiva, questões primevas, castração, Édipo e linguagem/fala-ser. Pode-se até lembrar da concepção freudiana em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905) de trabalho intelectual como “sublimação da sexualidade” (Freud, VII: 212) ou, ainda melhor, de “Cinco lições de psicanálise” ou de “Leonardo da Vinci” (1910), onde a sublimação aparece como efeito direto da transformação da sexualidade perverso-polimorfa em criação sublime, sem passar pelo processo de recalque. O conceito de conhecimento em Reich decerto se aproxima da ideia de “prazer de pensar”, como em Mijolla-Mellor (2011: 38): “um prazer com seu erotismo próprio, que dá a mão às infinitas questões da infância e aos fantasmas que acompanham toda especulação intelectual”. Já a categoria de ligação entre elas, trabalho, mereceria uma visada um pouco mais cuidadosa, lembrando-se da advertência de Hegel: “Em geral, o que é muito conhecido é, precisamente por ser muito conhecido, não conhecido [não reconhecido]. A maneira mais comum de iludir-se a si mesmo e de iludir os outros consiste em supor no conhecer algo como já conhecido e deixá-lo como tal. Semelhante

saber, como todo o ir e vir do discurso, e sem perceber como isto lhe aconteça, não sai do lugar” (Hegel, 1974: 25).

Ora, qual é o sentido do trabalho na obra de Reich? Há conexões entre Freud e Reich nesse ponto? Até onde entra em jogo o conceito de sublimação – de forma distinta para cada autor, obviamente - nessa questão? Até que ponto a categoria trabalho vibra no conceito de trabalho psíquico? O que há em comum entre as categorias “trabalho” e “trabalho psíquico” nas obras de Freud e de Reich? O que as distingue?

Para se chegar ao sentido da categoria trabalho em Wilhelm Reich é rigorosamente necessário partir do chão do método materialista histórico dialético.

Forma geral, o método materialista histórico dialético é um caminho de investigação científica (*métodos*) que acresce a reflexão dialética à análise histórica ao mesmo tempo em que confere à abstração filosófica a base material que a história revela. Nessa perspectiva, as dimensões analíticas da história e da filosofia são indissociáveis: não entram em disputa, mas se confrontam e se complementam dialeticamente. Dizer que a razão é em si mesma histórica e não uma criação abstrata, fruto de um hipotético intelecto superior, significa dizer que ela é fruto de relações de força, do trabalho do homem, imanente à prática social. Está posta uma proposição essencial: não apenas a realidade é provisória e se transforma com a história (pela ação concreta dos homens), mas igualmente a razão (se a razão é síntese dialética, está em movimento no tempo, é histórica) e a possibilidade de pensar a própria história. A história é a essência do concreto e Marx (1982: 425) opõe o materialismo dialético histórico ao “materialismo abstrato que, fundado sobre as ciências naturais, exclui o processo histórico”.

Essa visada se inicia no século XIX, com Hegel: em resposta aos empiristas, aos racionalistas e aos kantianos, apresentava sua dialética; uma dialética que, na leitura de Engels, “havia superado a toda lógica e a metafísica anteriores a ela” (Engels, 2008: 281-282), numa “verdadeira ação do pensamento” (Engels, 1979: 13). Hegel defendia que a razão não é nem exclusivamente objetiva, nem exclusivamente subjetiva *a priori*: para ele, a razão é dialética, é 'síntese' do objetivo e do subjetivo (síntese dialética: tese-antítese-síntese) e se movimenta pela contradição ('choque dos contrários' - Corbisier, 1974). Na lógica dialética de Hegel, a contradição (negação da negação da contradição) é o princípio-chave, o motor do pensamento. Lukács (2009: 43) é categórico: “Hegel faz da contradição o fundamento sistematicamente aplicado de toda a filosofia”.

O pensamento de Hegel representa a primeira tentativa de introduzir simultaneamente a razão na história e a história na razão: “o que colocava o método

discursivo de Hegel acima do de todos os demais filósofos era o formidável sentido histórico que o estimulava [...] Por mais abstrata e idealista que fosse a sua forma [...] a Filosofia se nutria, totalmente, não obstante, do conteúdo real” (Engels, 2008: 281). Ainda segundo Engels, o “grande mérito” do sistema hegeliano residia na representação do mundo “como um processo - isto é, como estando em mudança, transformação e desenvolvimento constantes - no qual se procura encontrar a ligação íntima entre movimento e desenvolvimento” (Engels, 2011: 71). Em perspectiva idealista, todavia, propunha que a razão precede a história (não há história fora da razão) e dá sentido ao tempo: “a razão governa o mundo (...) e a história universal também se desenrolou racionalmente (...) O objecto da história [filosófica] (...) é o Espírito do Mundo (*Weltgeist*)” (Hegel, 1990). A realização do 'Espírito' é a história (a história é a projeção do espírito no tempo) - e o desenvolvimento da história universal era, no “imponente edifício” hegeliano, “apenas o meio” para o “desenvolvimento de suas ideias” (Engels, 2008: 281).

Ao método dialético hegeliano vem se opor, como “antítese direta”, o materialismo-dialético de Marx, por ele denominado “racional” em oposição ao “mistificado” de Hegel: “A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico” (Marx, 1982: 17). Essa é a guinada epistemológica radical de Marx, em busca de uma nova síntese, uma síntese fundada na realidade concreta do ser social: “Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, e o real constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (Marx, 1982: 16). Não é, pois, a razão que constitui a história, não é a Ideia (o ‘Espírito’) a condição de possibilidade da história. Ao contrário, é a própria razão uma criação histórica do ser humano: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu *ser social* que determina sua consciência” (Marx, 2008: 47). A categoria de inconsciente, como construída por Freud, não encontra, rigorosamente, lugar em Marx, mas a questão do desejo e do sujeito desejante está lá, implicitamente colocada. Reich buscou intensamente essa relação entre

ser social e inconsciente, mediada pelo desejo e pelo “desejo revolucionário”; questão que, apesar de *aparentemente* ausente em Marx, seria, no pensamento reichiano, *essencial* à própria psicanálise.

Tanto em Marx como em Reich, o trabalho é essencial ao humano e constitui uma categoria ontológica social (categoria que não se confunde com a categoria ‘emprego’, forma histórica do trabalho no modo de produção capitalista). Sem trabalho, não há ser social (Marx). Sem ser social, a psicanálise perde seu verdadeiro objeto: “a vida psíquica do homem tornado ser social” (Reich, 1977: 19). A inelidível dimensão ontológica social do trabalho que vibra em Marx é a mesma que vibra em Reich. Pelo trabalho (concreto, constitutivo, significativo), o sujeito torna *concreta* (dimensão objetiva, ato) a ideação prévia (dimensão subjetiva, potência), que corresponde, por sua vez, ao traçado de um caminho suposto viável para a realização de desejo. Pelo trabalho, o homem muda a natureza e a própria natureza do homem, num movimento infinito, numa repetição em espiral que impede o retorno ao ponto de partida: o ponto a que se chega é sempre um outro lugar (aparência e essência).

Rememorando, pode-se propor que a máxima do devir heraclítico ‘não nos banhamos duas vezes no mesmo rio’³⁹ vibra fortemente em Marx, Engels e em Reich na categoria trabalho: o ser humano se transforma no trabalho que transforma a natureza, num devir permanente. Em estado nascente (*in status nascenti*) o rio é a natureza não humana e, a cada vez que o homem se banha no rio, ambos deixam de ser natureza pura (humana e não humana) para se tornarem corpos históricos. A atividade humana trabalho, quando livre da necessidade e da opressão, isto é, quando da ordem do desejo, dá sentido à vida, encarna e significa a própria passagem do tempo, isto é, dá sentido histórico ao tempo (Mészáros, 2007).

Reich dá atenção especial à leitura marxiana do processo de exteriorização|alienação (*Entäusserung*) do trabalho: nas formas históricas da escravidão, da servidão e da relação capital-trabalho, o trabalhador “não se afirma em seu trabalho, mas nega-se nele (...) mortifica sua *physis* e arruína seu espírito” (Marx, 2010: 83) e assevera: “na nossa sociedade, o trabalho, o amor e o conhecimento não são ainda a força determinante da existência humana. E mais: estas grandes forças do princípio positivo da vida não estão ainda conscientes do seu poder, do seu valor insubstituível, da sua extraordinária importância para o ser social” (Reich, 1972: XXIII). Reich jamais renunciou à centralidade da categoria trabalho. No período 1937-1939, período de transição no exílio entre a Dinamarca e os EUA, sentindo-se desamparado pela

Internacional comunista e julgando a conjuntura estalinista uma manifestação da ‘peste emocional’ (de cunho fascista⁴⁰) no interior do movimento comunista, desenvolveu, “sob o enfoque da economia sexual, o conceito novo da *democracia do trabalho*” (Reich, 1972: XXIX).

Interessante notar como a ideia de ‘dinâmica psíquica’ pode ser pensada na lógica da contradição que encontra como equivalente o ‘conflito’, o conflito essencial entre pulsão e recalçamento que movimenta e coloca em operação uma delicada ‘economia sexual’. Reich enuncia: “O sintoma é a negação (rotura) da negação (recalçamento)” (Reich, 1977: 77). Até que ponto essa ideia esmaece em Freud e em Reich se garante, para logo tomar a forma e o caminho propostos por Marx? Freud estaria para Hegel como Reich para Marx? Reich estaria para Freud como Marx para Hegel? É possível responder à primeira pergunta negativamente e à segunda positivamente, provocando um curto-circuito lógico? E se Hegel for um recalcado em Freud (XXII: 214) que retorna em Lacan? E Hegel e Marx, como vibram em Reich e Lacan? As questões parecem, à primeira vista, irrelevantes. Mas creio que mereçam ser bem pensadas [pesadas?] e dialogadas. Esse caminho no qual Hegel, Marx, Freud, Reich e Lacan supostamente se encontrariam é deveras pedregoso e com muitas encruzilhadas. Édipo está aí para nos dizer do perigo das encruzilhadas, enquanto Esù convida não só a passar por elas, mas incita a nelas se deter um pouco, a dar-se mais um tempo.

Na dialética hegeliana, a síntese que se realiza no encontro/confronto entre tese e antítese requer, para sua efetiva realização, que tese e antítese deixem de ‘ser’; deixando de ser, na síntese alcançam sua máxima realização. Tal se pode pensar em relação às pulsões, lá onde não há a ‘contradição’ que Hegel conceitua? O movimento pulsional não reconhece as categorias da dialética hegeliana, mas, seria ‘como se’? O inconsciente aparece e desaparece (Lacan, 2008), num ritmo nem sempre apreensível das pulsões e do desejo e das pulsações do desejo. Isso, lá, não é lugar de contradição; logo, o princípio lógico da não-contradição não opera. *Le significant est là*. As forças que lá operam seguem lógica, sintaxe e gramática próprias. Desejo e proibição estão sempre em jogo. O conflito, a contradição, tem lugar no Eu, é onde faz sentido – ou o sentido se faz. A pulsão se realiza deixando de ser. Mas há as zonas de sombra e as de interseção. Há as hachuras do descontínuo nas imagens de continuidade. O inconsciente é pulsátil. “Tensão-carga-descarga-relaxamento”, a fórmula reichiana: o quanto traz de ‘Três ensaios sobre a teoria da sexualidade’ e de ‘Thalassa’, de Ferenczi (2011)? ‘Deixar de ser’: que expressão

polissêmica... Desde Heráclito, apenas para se apor uma referência temporal, deixar de ser é condição de possibilidade do vir a ser, do advir - e isso, creio, bem se aplica às reflexões metapsicanalítica e epistemológica psicanalítica. E, desde o advento do século XVI, a questão da fratura que a modernidade reinveste e Shakespeare, por Hamlet, enuncia, não cessa de renascer das cinzas.

Mas, onde está o sintoma? Se ao sintoma corresponde uma mensagem codificada que mascara (ou será que escancara?) segredos mui íntimos, traumas e desejos inconscientes, o que há na obra que escapa ao sintoma? É possível trabalhar o sintoma? O sintoma é trabalho? O trabalho é sintoma? Em que medida essa leitura é possível, necessária ou desejável? Essa leitura é trabalho? Essa leitura é sintoma? Quem lê o enunciado que se desconhece/desconhece a si mesmo? Trabalho e desejo, como vibram em Marx, Freud e Reich? Mas o tempo, por ora, está chegando ao fim. Portanto, o tempo para a realização de um trabalho mais extenso e profundo centrado na categoria trabalho o remete, inelutavelmente, ao futuro – futuro, esse lugar do desejo que o passado habita e o presente encarna.

Enfin...

"Que ilha desconhecida, perguntou o rei disfarçando o riso, como se tivesse na sua frente um louco varrido, dos que têm a mania das navegações, a quem não seria bom contrariar logo de entrada, A ilha desconhecida, repetiu o homem, Disparate, já não há ilhas desconhecidas, Estão todas nos mapas, Nos mapas só estão as ilhas conhecidas, E que ilha desconhecida é essa de que queres ir à procura, Se eu to pudesse dizer, então não seria desconhecida"
José Saramago, O conto da ilha desconhecida.

Chegando ao final, o leitor pode estar com várias interrogações acesas em sua cabeça. De fato, a muitas questões aqui levantadas não foi possível responder. Para algumas perguntas e outras tantas respostas talvez conviesse pensá-las como hipóteses. Não no sentido platônico, nem no aristotélico e muito menos no newtoniano, mas como uma “fonte de movimento”, um método, “um meio heurístico” (Lalande, 1999: 467). Defendo, portanto, que é uma contribuição relevante e razoável levantá-las: levantá-las no sentido de as pôr em evidência, tirá-las do chão da sombra e do silêncio, fazer delas questões a serem compartilhadas e pensadas por sujeitos interessados na história e nos caminhos, desvios e desvios do incessante e agitado processo de produção de conhecimento que se dá no interior do vasto, dinâmico e diversificado espaço-tempo de estudos psicanalíticos.

Zizek (2010:9) evoca Lacan (em seu retorno “ao âmago da revolução freudiana”) para realçar que Freud não tinha plena consciência do tamanho da revolução epistemológica que desencadeava. Com base no destaque de Zizek, gostaria de arriscar duas assertivas:

1) Wilhelm Reich, embora vislumbrasse o caráter epistemológico revolucionário da psicanálise, flertava, ao mesmo tempo e de um jeito singular, com o imperativo categórico da verificação empírica e se via obrigado a um demasiado esforço para não patinar na fronteira do positivismo. Entretanto, contraditória e dialeticamente, veio a reencontrar Freud, mais adiante, na encruzilhada das rupturas lógicas e epistemológicas do seu tempo histórico (ainda que não tenha logrado o mesmo sucesso e ocupado lugar similar de destaque na história do pensamento);

2) Wilhelm Reich também via na psicanálise uma extensão que a Freud escapava - e que talvez ‘escapasse’ convenientemente na assunção de uma suposta neutralidade política em um momento histórico de grave crise e de reestruturação produtiva do capital⁴¹: a dimensão da emancipação humana⁴². Reich apontava aquela castração simbólica e seus efeitos práticos. A resistência no interior da psicanálise foi intensa. Naquele movimento, a psicanálise resistiu a Reich, silenciando-se e silenciando-o. No entanto, de forma explícita em Reich e implícita em Freud, sempre esteve colocado que o movimento psicanalítico poderia trabalhar a favor da emancipação humana; uma emancipação não formal e abstrata, mas profunda e concreta, que o método, o discurso e o movimento psicanalítico ajudariam a construir intervindo no campo da memória e da produção de formas de subjetivação.

Se para alguns, dentro ou fora do campo psicanalítico, essa questão parece fora de foco, desgastada ou passada, seria oportuno lembrar, uma vez mais, Zizek (2010: 8): “no caso da psicanálise o funeral talvez seja prematuro, celebrado para um paciente que ainda tem uma vida longa pela frente. Em contraste com as verdades “evidentes” abraçadas pelos críticos de Freud (...) só hoje o tempo da psicanálise está chegando”.

Se um tempo de Wilhelm Reich está a chegar ou a retornar, não há, por ora, como afirmar categoricamente. Os textos de Roudinesco e Plon (1998) e Roudinesco (2016), por exemplo, materializam, ainda que tangencialmente, essa presença reichiana, trazem-no à tona: isso é um indício de que algo sempre esteve lá, à espera, recalcado e que, agora, no tempo presente, se agita das profundezas da história do movimento psicanalítico à superfície discursiva. O simples fato de que este texto esteja aqui grafado indica que algo

- apesar de anuviado, elidido, silenciado - vibra por ser rememorado, repetido, relido, elaborado nas ondas do tempo histórico. Afinal, na escrita, trata-se sempre, de alguma forma, de grafar a voz de uma pessoa ausente.

Sempre há um resto, nunca zero. Wilhelm Reich, ao seu jeito, oposto ao da empresa comercial que se lançou feroz e voraz sobre a América desnuda, tinha a mania das navegações, estava sempre a duvidar dos mapas, certo de que haveria sempre de haver alguma ilha a se procurar, um mar a singrar, velas desfraldadas. Errou por vastos oceanos, sempre em busca da verdadeira liberdade, a emancipação humana, representada, no limite, na ideia de um *orgone* cada vez mais pleno e azul, da célula ao cosmos. Não se pode afirmar se conseguiu aportar. O fim de sua vida foi trágico, naufrago à deriva arrebatado às pedras, tão perto - e tão longe - do cais. No entanto, por tudo que passou, por toda sua paixão, seus desvios de rota forçados, suas dores e lutas psicanalíticas e sociopolíticas; pelo amor, trabalho e conhecimento que sempre evocou fontes da vida e do devir humano, merece - e muito - ter sua voz grafada e seus escritos lidos com honestidade e - por que não? - uma certa reverência.

Referências

- ALMEIDA, Bruno H. Prates. Considerações sobre a técnica: possíveis aproximações entre Wilhelm Reich e Sándor Ferenczi. *Revista Reichiana*, v. 20, p. 54-62, 2013.
- AULAGNIER, Piera. Nascimento de um corpo, origem de uma história. *Revista Latinoam Psicop Fund*, II, 3, 9-45, 1999.
- BACHELARD, Gaston. *Epistémologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.
- BACHELARD, Gaston. *La formación del espíritu científico: contribución a un psicoanálisis del conocimiento objetivo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974 [1938].
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1994 [1936].
- BALINT, Michael. *A falha básica*. São Paulo: Zagodoni, 2014.
- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo: 2013.
- BIRMAN, Joel. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- BIRMAN, Joel. A *physis* da saúde coletiva. *Physis*, v. 1, n. 1, p. 7-11, 1991.
- BIRMAN, Joel. A materialidade da psicanálise. In Anna Carolina Lo Bianco [org.], *A materialidade da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

- BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BIRMAN, Joel. *Arquivo e memória da experiência psicanalítica: Ferenczi antes de Freud, depois de Lacan*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.
- BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019 (13ª edição).
- BIRMAN, Joel e KATZ, Chaim (org.). *Tausk e o aparelho de influenciar na psicose*. São Paulo: Escuta, 1990.
- BOADELLA, David. *Nos caminhos de Reich*. São Paulo: Summus, 1985.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. *A especificidade da medicina moderna: uma tentativa de enunciação crítica, recorrendo às categorias de corpo, vida/morte e norma*. Trabalho aprovado em processo de seleção ao mestrado. PPG Saúde Coletiva, IMS/UERJ, 1991 (cópia datilografada).
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. *O sujeito nas encruzilhadas da Saúde: um discurso sobre o processo de construção de sentido e de conhecimento sobre sofrimento difuso e realização do ser no âmbito das religiões afro-brasileiras e sua importância para o campo da Saúde Coletiva*. Tese de doutorado, ENSP/Fiocruz, 2005.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. Campanha de vacinação ideológica: marketing, desejo e subjetivação em tempos de reestruturação produtiva do capital. *Mnemosine*, Vol.14, nº1, p. 38-58, 2018.
- CARVALHO, A. M. T. de & AMARANTE, P. D. C. Forças, Diferença e Loucura: pensando para além do princípio da clínica. In: *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. (Coleção Loucura & Civilização, coord. Paulo Amarante), Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, pg. 41-52, 2000.
- CARVALHO, Vitor Orquiza & MONZANI, Luiz Roberto. Sobre as origens da concepção freudiana de ciências da natureza. *Scientiæ zudia*, São Paulo, 13: 4, p. 781-809, 2015.
- CHEMAMA, Roland. *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
- CORBISIER, Roland, 1974. *Enciclopédia filosófica*. Petrópolis: Vozes.
- COSTA, Alexandre. *Heráclito: fragmentos contextualizados*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972-1990*. Rio de Janeiro: 34, 1992.

- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- DEJOURS, Christophe. O corpo da Psicossomática. *Psic. Rev. São Paulo*, 14(2): 245-256, 2005.
- DOSTOIÉVSKI, Fiodor. *Bobók*. São Paulo: 34, 2005.
- ENGELS, Friedrich. Comentários. In MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, p. 273-285, 2008 [1859].
- ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: EDIPRO, 2011 [1882].
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1884].
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Düring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1885].
- ESCOBAR, Carlos H. *Psicanálise e ciência da história*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- FÉDIDA, Pierre. Seminário Clínico. *Percurso - revista de Psicanálise*, ano XVI, n. 31-32, 2003.
- FENICHEL, Otto. Socialismo e psicanálise. In Carlos Henrique Escobar (org.), *Psicanálise e Ciência da História*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.
- FENICHEL, Otto. Sobre el psicoanálisis como embrión de una futura psicología dialectico-materialista (1934). *Marxismo, Psicoanálisis y Sexpol*. Buenos Aires, Granica, 1972.
- FERENCZI, Sándor. *O conhecimento do inconsciente*. Obras Completas, Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1912].
- FERENCZI, Sándor. *Nota dos tradutores franceses*. Obras Completas, Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FERENCZI, Sándor. *A técnica psicanalítica*. Obras Completas, Volume III. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1919].
- FERENCZI, Sándor. *Prolongamentos da “técnica ativa” em psicanálise*. Obras Completas, Volume III. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1921].
- FERENCZI, Sándor. *Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade*. Obras Completas, Volume III. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1922].
- FERENCZI, Sándor. *As fantasias provocadas (Atividade na técnica da associação)*. Obras Completas, Volume III. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1924].

- FERENCZI, Sándor. *Princípio de relaxamento e neocatarse*. Obras Completas, Volume IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1930].
- FERENCZI, Sándor. *Análises de crianças com adultos*. Obras Completas, Volume IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1931].
- FERENCZI, Sándor. *Notas e fragmentos*. Obras Completas, Volume IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1932].
- FERENCZI, Sándor. *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. Obras Completas, Volume IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1933].
- FERENCZI, Sándor. *Influência de Freud sobre a medicina*. Obras Completas, Volume IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1933].
- FONTES, Ivanise. *Psicanálise do sensível: fundamentos e clínica*. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- FREUD, Sigmund. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos [1914-1916]*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. *O Eu e o Id, “autobiografia” e outros textos [1923-1925]*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- FREUD, Sigmund. *Fragmentos da análise de um caso de histeria*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, VII. Imago Editora, Rio de Janeiro, 1972 [1901-1905].
- FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, VII. Rio de Janeiro: Imago, 1972 [1905].
- FREUD, Sigmund. *O método psicanalítico de Freud*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, VII. Rio de Janeiro: Imago, 1972 [1904].
- FREUD, Sigmund. *Sobre a psicoterapia*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, VII. Rio de Janeiro: Imago, 1972 [1905].
- FREUD, Sigmund. *Caráter e erotismo anal*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, IX. Imago Editora, Rio de Janeiro, 1976 [1908].
- FREUD, Sigmund. *Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, IX. Imago Editora, Rio de Janeiro, 1976 [1908].

- FREUD, Sigmund. *As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, XI. Imago, Rio de Janeiro, 1970 [1910].
- FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1970 [1910].
- FREUD, Sigmund. *Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1970 [1910].
- FREUD, Sigmund. *A história do movimento psicanalítico*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1980 [1914].
- FREUD, Sigmund. *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974 [1915].
- FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1920].
- FREUD, Sigmund. *O Ego e o Id*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1923].
- FREUD, Sigmund. *Uma nota sobre o 'bloco mágico'*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, XIX. Imago Editora, Rio de Janeiro, 1976 [1924-25].
- FREUD, Sigmund. *Inibições, sintomas e ansiedade*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, vol. XX. Imago Editora, Rio de Janeiro, 1976 [1925-1926].
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, XXI. Imago, Rio de Janeiro, 1974 [1929-30].
- FREUD, Sigmund. *Conferência XXXV: A questão de uma Weltanschauung*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, XXII. Imago, Rio de Janeiro, 1976 [1929-30].
- GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- GENTE, Hans-Peter (org.). *Marxismo, Psicoanálisis y SEXPOL*. Buenos Aires: Granica, 1972.
- GRODDECK, Georg. *Estudos psicanalíticos sobre psicossomática*. São Paulo: Perspectiva, 2011 [1917].
- GRODDECK, Georg. *O livro d'Isso*. São Paulo: Perspectiva, 2008 [1923].

- GRUBRICH-SIMITIS, Ilse. *De volta aos textos de Freud: dando voz aos documentos mudos*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- HAAG, Geneviève. *De la naissance physique à la naissance psychologique*. In *L'aventure de naître*. Verfeil sur Seye: Le Léopard, 1989.
- HAAG, Geneviève. Hipotesis de una estrutura radiada de continência y sus transformaciones. *Los continentes de pensamiento*. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1998.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A fenomenologia do Espírito*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 [1807].
- HOFFMANN, Christian & BIRMAN, Joel (Orgs.). *Psicanálise e política: uma nova leitura do populismo*. São Paulo: Instituto Langage / Université Paris Diderot, 2018.
- KANT, Immanuel, 1994. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- KRISTEVA, Julia. *As novas doenças da alma*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- LACAN, Jacques. *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LACAN, Jacques. *Seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.
- LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LAPLANCHE, Jean & PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- LO BIANCO, Anna Carolina [org]. Apresentação. *A materialidade da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1922/1967].
- LUKÁCS, György. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010 [1844].
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*, L.I, v. 1, São Paulo: Difel, 1982 [1867].

- MASSON, Jeffrey M. *Atentado à verdade: a supressão da teoria da sedução por Freud*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.
- MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MIJOLLA-MELLOR, Sophie de. Sublimação e prazer de pensar. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 45 (1): 37-49, 2001.
- PELBART, Peter Pál. *A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o tempo da loucura*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- PELLEGRINO, Hélio (org.). *Simpósio Psicanálise e Política*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1981.
- PESSOA, Fernando. *O Eu profundo e os outros Eus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- REICH, Wilhelm. *O caráter impulsivo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1925].
- REICH, Wilhelm. *Psicopatologia e sociologia da vida sexual*. São Paulo: Global, 1977 [1927, *Die Funktion des Orgasmus*].
- REICH, Wilhelm. *Materialismo dialético e psicanálise*. Lisboa: Editorial Presença, 1977a [1929].
- REICH, Wilhelm. *O combate sexual da juventude*. Porto: Textos Marginais, 1975 [1932].
- REICH, Wilhelm. *A irrupção da moral sexual repressiva*. Porto: Escorpião, 1975 [1932].
- REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1933].
- REICH, Wilhelm. Carta de Reich aos editores da IPA, de 17 de março de 1933. In: *Psicanálise e Ciência da História* (Carlos Henrique de Escobar, org.), Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- REICH, Wilhelm. Carta de Reich a Otto Fenichel, de 26 de março de 1934. In: *Psicanálise e Ciência da História* (Carlos Henrique de Escobar, org.), Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- REICH, Wilhelm; ALZON, Claude. *Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura?* Ed. Portuguesa, Litografia Miranda e Rosa: Textos Exemplares, s/d [1936].
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1972 [1942].
- REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1947].

- REICH, Wilhelm. The re-emergence of Freud's death instinct as DOR energy. *Orgonomic Medicine*, v. 2, n.1, 1956.
- REICH, Wilhelm. *Reich habla de Freud*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1970.
- REICH, Wilhelm. *Paixão de juventude: uma autobiografia (1897-1922)*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- REICH, Wilhelm e SCHMIDT, Vera. *Psicanálise e Educação*. Lisboa: J. Bragança, 1975 [1924].
- RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. *As subjetividades em revolta: institucionalismo francês e novas análises*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- ROUDINESCO, Elisabeth & PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- RUBIM, Lore Reich. Wilhelm Reich e Anna Freud: sua expulsão da psicanálise. *Revista da Sociedade Wilhelm Reich*, p. 4-14, Porto Alegre, 1998.
- SABOURIN, Pierre. *Prefácio. Vizir secreto e cabeça de turco*. Obras Completas Sándor Ferenczi, Volume IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- SARAMAGO, José. *O conto da ilha desconhecida*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- WINNICOTT, Donald Woods. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- ZIZEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Alexandre Magno Teixeira de Carvalho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

E-mail: alexandre.carvalho@unirio.br

¹ Trabalho parcial de conclusão de Estágio de pós-doutoramento. PPG Teoria Psicanalítica UFRJ. Linha de pesquisa: Fundamentos históricos e teóricos da Psicanálise. Supervisor: Joel Birman (UFRJ) Outros três trabalhos compõem o conjunto de textos construídos entre 2019 e 2020: “Acerca do ensino de Psicologia Médica com base no referencial teórico psicanalítico: percalços do ofício docente”; “Notas breves sobre história epistemológica da psicanálise e sua relação com a neurociência” e “Diálogos reais e imaginários com Joel Birman: fragmentos de discurso”.

² Se bem que tudo depende da posição do sujeito em relação ao muro: a oeste, sol escaldante à tarde; a leste, calor de manhã e, ao pino do meio-dia, sol inclemente, sombra zero.

³ Contudo, há de se fazer algumas ressalvas: Roudinesco e Plon, organizadores do admirável e histórico “Dicionário de psicanálise”, dedicam a Wilhelm Reich um verbete que se estende por quase cinco páginas,

além de citá-lo em dezenas de outros verbetes históricos e inseri-lo respeitosamente na cronologia dos “fatos marcantes da história da psicanálise no mundo, desde suas origens” (Roudinesco e Plon, 1998: ix). Chemama (1995) também lhe rende um verbete e várias citações. E justo lá de onde menos se espera, Anna Freud, filha dileta de Freud e íntima de Ernest Jones (que, por sua vez, não somente desprezava Reich e articulou sua expulsão da DPG como menosprezava os textos sócio históricos do próprio Freud), foi quem citou Reich explicitamente; ora para destacar sua contribuição teórica e clínica na “análise consistente da resistência” e a importância da categoria “blindagem de caráter (*Charakterpanzerung*, como Reich os denomina)” (Freud, 2006: 30, 35), ora para destruir a “esperança” reichiana de “erradicar a neurose da vida humana” (idem: 46). Ao menos seja dado a ela o crédito de ter negado a negação (apagado o apagamento).

⁴ Há, ao menos, uma exceção: do final da década de 1980 até meados da década de 1990, o nome e as ideias de Reich circulavam livremente e sem embaraço no Centro de Estudos Sócio Psicanalíticos / CESOP, grupo de formação do qual fui membro durante quase toda a sua duração. Ah, outra: em debate na XXI Jornada de Psicanálise da SPCRJ, em outubro de 2018, Joel Birman acolheu, em debate, questão teórica, histórica e política relativa à contribuição teórica e técnica de Reich à psicanálise e seu lugar na história do movimento psicanalítico.

⁵ Será que Wilhelm Reich estaria para a IPA assim como Vinícius de Moraes para o Itamaraty? Posso tentar explicar o porquê da associação: Vinícius retornou simbolicamente ao Itamaraty em 8 de setembro de 2006 (graças aos ares de um governo democrático e - é importante registrar - ao empenho do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim), cerca de 20 anos após a sua morte. Desse ponto de vista, a Associação Psicanalítica Internacional está demasiadamente atrasada para corrigir o que seria, no suposto dizer de Anna Freud (Boadella, 1985: 112), “uma grande injustiça”. Isso me faz lembrar, tangencialmente, da tese de Joel Birman apresentada por ele na XXI Jornada de Psicanálise da SPCRJ, em 2018: da relação entre psicanálise e ditadura militar, criou-se na tradição psicanalítica brasileira um modelo de relação analista-analisante vertical, autoritário - forjado nessa conjuntura e vigente até hoje, ainda que recalcado. Há pistas interessantes, creio, no livro ‘Psicanálise e Política’, que contém os textos das conferências realizadas na PUC-Rio em 1980 (Pellegrino, 1981).

⁶ “A consciência da total inversão em que o idealismo alemão incorrera, necessariamente, tinha que levar ao materialismo. Mas, note-se bem, não se trata do materialismo puramente metafísico e exclusivamente mecânico do século XVIII. Afastando-se da simples repulsa, candidamente revolucionária, de toda a história anterior, o materialismo moderno vê, na história, o processo de desenvolvimento da humanidade, cujas leis dinâmicas tem por encargo descobrir” (Engels, 1979: 23).

⁷ Como bem nos faz recordar Heliana Conde, evocando Lapassade, “em (e com) Reich, não há senão *uma* economia – a libidinal ou desejante -, inseparável da produtiva ou social” (Rodrigues, 2020: 593).

⁸ Uma curtíssima passagem, a seguir, foi extraída de artigo de minha autoria publicado em *Mnemosine*, revista do Departamento de Psicologia Social e Institucional do IP/UERJ (Carvalho, 2018).

⁹ História como força e traço, mesmo na ausência de tempo cronológico – o que não se configura contraditório ao passo que o princípio lógico da não-contradição n’Isso não opera (Carvalho e Amarante, 2000).

¹⁰ Hoje percebo que essa questão permeia minha produção literária e teórica - ora mais, ora menos explicitamente – e esteve muito presente em minha tese (Carvalho, 2005), de tal forma que gostaria de revisita-la em outras bases. Não sei se haverá tempo – ou fôlego...

¹¹ Uma coincidência: assim como Tausk (Katz & Birman, 1990:20), Reich trabalhou na clínica universitária de Wagner von Jauregg.

¹² *Grundregel*

¹³ Masson (1984: 207, n.3) critica a tradução inglesa, por Balint, do ‘Confusão de língua’: “em alguns casos, acrescenta palavras que Ferenczi não usou, em outros omite palavras que Ferenczi usou”. Masson demonstra, por meio de cartas inéditas às quais teve acesso graças à Anna Freud, que foi por ação direta de Ernest Jones (e concordância silenciosa de Freud) que a tradução inglesa do texto de Ferenczi apresentado no 12º Congresso Psicanalítico Internacional (Wiesbaden, setembro de 1932, último congresso a que Ferenczi compareceu) somente veio a ser publicada no *International Journal of Psycho-Analysis* tão tardiamente, em 1949. Sobre isso, Masson (1984: 145) desabafa: “A falta de lealdade para com um antigo amigo e a ação rápida para estrangular ideias que fossem contrárias à doutrina aceita causam desalento”.

¹⁴ Mera coincidência ou não, o fato é que Reich, assim como Groddeck (2008), era leitor assíduo de Ibsen. Na primeira edição norte-americana de “A função do orgasmo”, em 1942, nomeia um capítulo “Peer Gynt”,

personagem de Ibsen que faz a costura literária de uma das suas versões acerca da história do movimento psicanalítico (Reich, 1985).

¹⁵ Os problemas da análise de Reich com Paul Federn (seu segundo analista, indicado por Freud) mereciam ser estudados, até mesmo pelos efeitos dessa relação na recepção das ideias de Reich por Freud, mas o pouco que se sabe vem do texto de Rubim (1998) e, uma vez que fontes mais extensas não foram localizadas até o momento, fica a indicação para investigação futura.

¹⁶ Algumas páginas adiante, no capítulo seguinte, retoma-se a celeuma em torno dessa publicação e outros aspectos da problemática relação entre Freud e Reich.

¹⁷ Chama a atenção o fato de Freud grafar, com muita frequência, a palavra *resistência* em todos os textos do volume VII (ESB), que abrange textos publicados entre 1901 e 1905.

¹⁸ No dizer dos tradutores franceses.

¹⁹ Em sintonia com o que Birman (2019: 21) denominaria “um corpo-sujeito propriamente dito”.

²⁰ Pierre Férida, Geneviève Haag, Julia Kristeva, Frances Tustin, entre outras.

²¹ Em 1922, Reich tornou-se assistente de Freud na Clínica Psicanalítica de Viena e, entre 1924 e 1930, dirigiu os Seminários de Técnica Psicanalítica (Reich, 1977; Boadella, 1985; Rubim, 1998; Almeida, 2011).

²² “Não existe nada de instintual em nós que reaja a uma crença na morte” (Freud, XIV: 335).

²³ “As armas do futuro” foi publicado no jornal *Vossische Zeitung*, de 29 de junho de 1925. O ‘Protocolo de Genebra’, que proibiu o “emprego na Guerra de gases asfixiantes, tóxicos ou similares e de meios bacteriológicos”, foi assinado em 17 de junho de 1925, mas somente entrou em vigor em 8 de fevereiro de 1928. A guerra química prevista por Benjamin em 1925 acabou por se tornar, no século XXI, a principal tática de combate civil, ‘interno’; de combate a movimentos sociais de esquerda, anticapitalistas, vide o uso indiscriminado de gás lacrimogênio (na forma de cloroacetofenona, amplamente utilizado na I Guerra), de forma coerente ao propósito salientado por Benjamin de “destruir a vontade de resistência”. No caso contemporâneo, portanto, tratou-se de transferir as ‘armas químicas’ da esfera do combate militar (do campo de batalha) para o âmbito necropolítico do terror de Estado. A incontrolável (e rentável) esfera da ação policial urbana passou por cima de quaisquer convenções internacionais de guerra. No Brasil, o Decreto Legislativo nº 39 de 1970, com um fenomenal atraso de 45 anos, aprovou formalmente o texto do protocolo de Genebra de 17 de junho de 1925” (<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1970-1979/decretolegislativo-39-1-julho-1970-346882-protocolo-1-pl.html>). Pelo visto, apesar de tamanho retardo, jamais entrou em vigor para ‘questões internas’.

²⁴ Em 1934, o texto foi revisado e publicado em *Verlag für Sexualpolitik*, em Copenhagen, Dinamarca. O texto foi mantido na íntegra. As modificações foram inseridas por meio de notas, com as indicações ‘Nota de 1934’.

²⁵ A meu ver, texto que contém o fundamento epistemológico da toda a obra de Reich – com todas as contradições que sua obra pode encerrar.

²⁶ Essa edição conta com uma apresentação de Constantin Sinelnikoff na qual a perspectiva de Reich aparece como “a la vez mucho más fuerte, más marxista y más de acuerdo con los aspectos científicos del psicoanálisis que las síntesis aproximadas que pueden encontrarse actualmente en la obra de Fromm y en la de Marcuse” (Reich, 1971: 12). E encerra a apresentação com a seguinte observação: “Nunca lamentaremos bastante que su obra haya sido trabada por las intrigas políticas” (idem: 56).

²⁷ Não há nota de tradução esclarecendo se no texto original emprega-se a palavra *trieb* ou *instinkt*. Na dúvida, e diante da impossibilidade de acesso ao texto original em alemão, empreguei a palavra pulsão entre colchetes e mantive o restante da tradução.

²⁸ Grifo do próprio autor.

²⁹ A conferência à qual alude Reich foi proferida por Otto Fenichel. À época, Fenichel era colega de Reich no curso de Medicina da Universidade de Viena e organizara um seminário estudantil sobre sexologia. Os grifos são do próprio Reich.

³⁰ Quanto à celeuma da teoria pulsional, gostaria de propor, para trabalho futuro, a análise de um texto publicado por Reich em 1956. Ainda não traduzido do inglês, “The re-emergence of Freud’s death instinct as DOr energy” (Orgonomic Medicine, v. 2, n.1, 1956) é um dos últimos textos de Reich. Traduza-lo e

interpretá-lo pode ser uma tarefa interessante, sobretudo pelo retorno, mais de duas décadas depois, ainda que de um ponto de vista substancialmente diferente, à questão que o opôs tão frontalmente a Freud, desta feita admitindo à pulsão de morte uma natureza ‘orgone’ (*deadly orgone*). Penso que a categoria ‘trauma’ pode ajudar nessa costura entre obra e trajetória de vida. De qualquer forma, parece que a crítica de Reich à ideia de pulsão de morte encontra algum respaldo na própria hesitação freudiana: segundo Gay (2015: 407), em carta a Jones datada de 1935 acerca do problema do dualismo pulsional, Freud teria dito que “tudo isso é especulação tateante, até que se tenha algo melhor”.

³¹ Seu livro ‘O combate sexual da juventude’ (*Der sexuelle kampf der jugend*) foi imediatamente inscrito no *index* nazista.

³² Já Boadella (1985: 89-90) assinala que, durante sua passagem, no exílio, por Copenhague, “Reich foi formalmente excluído do Partido Comunista Dinamarquês do qual nunca havia sido membro”. Vale a pena ler a passagem em que Boadella expõe as razões flagrantemente contraditórias dessa exclusão.

³³ “Wilhelm Reich - Notícia bio-bibliográfica” em “Psicopatologia e sociologia da vida sexual”, edição portuguesa de 1977 de *Die funktion des orgasmus: Zur psychopathologie und zur soziologie des geschlechtslebens*.

³⁴ Porém, pensando-se bem, até mesmo o sofrimento que provém do mundo externo, com “suas forças de destruição esmagadoras e impiedosas”, está diretamente relacionado à questão de classe: basta constatar que frações da população humana são as mais atingidas em situações de catástrofe ambiental.

³⁵ Embora John Stuart Mill apareça em Freud mais como um filósofo da ciência que o ajuda na “argumentação de defesa da cientificidade da psicologia” (Carvalho & Monzani, 2015), não deixa de merecer destaque o fato de que Mill era igualmente um pensador liberal e que foi amiúde criticado por Marx em ‘O capital’.

³⁶ Provocação: seria Hegel o recalcado em Freud que retorna em Lacan?

³⁷ Embora o nome de Marx apareça no texto da Conferência XXXV, chama a atenção o fato de não constar no índice remissivo da ESB (índice extenso e detalhista, que inclui “os nomes de autores técnicos e não-técnicos”) nem na “bibliografia e índice de autores” da ESB. Fica colocada a pergunta de o porquê disso. Talvez se possa recordar a censura explícita e o contexto repressivo que vigoravam quando da primeira edição da ESB. Porém, não se compreende por que esse apagamento não foi corrigido em edições posteriores.

³⁸ *Reich habla de Freud*: “Fumava muito, muitíssimo. Sempre tive a impressão de que fumava (...) porque desejava dizer algo que nunca foi além de seus lábios” (Reich *apud* Escobar, 1974: 46).

³⁹ “Não é possível entrar duas vezes no mesmo rio”. Heráclito, fragmento L (Costa, 2002: 205).

⁴⁰ “O fascismo não é um partido político, mas uma certa concepção de vida e uma atitude perante o homem, o amor e o trabalho” (Reich, 1972 [1942]: XXIX).

⁴¹ Período que, da Primeira à Segunda Grande Guerra, compreende a crise de 1929 e a ascensão do fascismo e do nazismo na Europa.

⁴² Importante demarcar a distinção entre ‘emancipação política’ e ‘emancipação humana’ e notar que, assim como Marx, Reich nunca perdia de vista a perspectiva mais ampla da segunda categoria, ainda que imerso e engajado na luta política. São vários os textos em que isso é explícito (entre eles, ‘Materialismo dialético e psicanálise’, de 1929; ‘O combate sexual da juventude’, de 1932; ‘Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura?’ e ‘A revolução sexual’, ambos de 1936; ‘Psicologia de massas do fascismo’, de 1942 e ‘Escute, Zé-Ninguém!’, de 1946).